

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)





**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ano: 2024

Semestral

Anual

ATENÇÃO! Marque com um X uma das opções acima, conforme o período das informações: 1º semestre (consolida as informações do 1º semestre) ou anual (as informações do 1º semestre são acumuladas às do 2º semestre para fins de consolidação do ano vigente).

DADOS DO RELATÓRIO	
ELABORADO POR:	PAULO ROBERTO DE SOUZA E FRANCISCO LIGIERO
APROVADO POR:	CARLOS MAURO BRASIL CHERUBINI
DATA DE EMISSÃO:	20/07/2024

DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER	
DENOMINAÇÃO:	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)
TELEFONE:	(21) 3133-7540/3133-7533
LINK:	http://www.tjrj.jus.br/web/portal-governanca
CNPJ:	28.538.734/0001-48 (TJRJ)
E-MAIL GERAL:	sggic@tjrj.jus.br



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sumário

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
1.1. Organograma	7
1.2 Gestores e Assessores	8
1.2.1 Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)	8
1.2.2 Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP)	9
1.2.3 Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND)	10
1.2.4 Departamento de Compliance e Gestão de Risco (DEGER)	11
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12
2.1. Legislação e documentação correlata	12
3. GOVERNANÇA	12
3.1. Legislação correlata	12
4. GESTÃO DE RISCOS	13
4.1. Legislação e documentos correlatos	13
5. INOVAÇÃO	13
5.1. Legislação correlata	13
5.2. Projetos desenvolvidos pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento	13
5.2.1 Adaptações de materiais para linguagem simples	13
5.2.2 Encontro de Gestores Judiciários	14
5.2.3 Viabilidade de cobrança ao usuário externo pelo acesso à base de dados do PJERJ	15
5.2.4 Dados certos	15
5.2.5 Aproximação entre o Cidadão e a Mediação	16
5.3 PROJETOS EM ANDAMENTO	17
5.3.1 Assistente Virtual	17
5.3.2 Amadurecer com Direitos	17
5.3.3 Gerador de Visual Law	18



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.3.4 Natureza Fluminense.....	19
5.3.5 Modelos utilizando técnica Linguagem Simples e Visual Law para 1ª e 2ª Instância	19
5.3.6 Banco Nacional da Linguagem Simples e Imagem do Poder Judiciário	20
5.3.7 Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e Selo da Linguagem Simples (CNJ)	20
5.3.8 Memorando de Pagamento de Magistrados	21
5.3.9 Integração dos Sistemas de Convênio do TJRJ Projeto	21
5.3.10 Pesquisa de Clima Organizacional	22
5.4. Meta Nacional 2024 CNJ – Meta 9: Estimular a inovação no Poder Judiciário	22
5.4.1 Conexão Cidadã	22
5.4.2 Simplifica Justiça	23
5.5. Prêmio CNJ de Qualidade.....	23
5.5.1 Ranking da Governança	23
6. COMPLIANCE E INTEGRIDADE	24
6.1. Definição	24
6.2. Programas.....	24
7. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGGIC	25
7.1 - Certificação NBR ISO 9001:2015	25
7.2 - Direcionadores Estratégicos:.....	25
7.3 - Objetivos da Qualidade:	26
8. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	27
8.1 – Revisão do Plano Estratégico	27
8.2 – Evolução dos Projetos Estratégicos	28
8.3 – Situação Global	29
8.4. Situação de andamento dos Projetos Estratégicos	30
8.5. Implementação dos Projetos Estratégicos	30
8.6. Execução orçamentária estimada na execução do cronograma	33
8.7. Situação de cada Projeto Estratégico	34



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.1. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).....	34
8.7.1.1. Curso mestrado profissional em Direito para magistrados - GRP 95	34
8.7.2. Departamento de Segurança da Informação (GABPRES/DESEG).....	35
8.7.2.1. Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos - Fase 2 (contin.) – GRP 78	35
8.7.3. Secretaria-Geral de Administração (SGADM).....	36
8.7.3.1. Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade) – GRP 63.....	36
8.7.3.2. Política de Revitalização do Museu Da Justiça – GRP 101.....	37
8.7.4. Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL)	38
8.7.4.1. Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJRJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ – GRP 92.....	38
8.7.5. Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)	39
8.7.5.1. Implementação e Execução de Política de Governança Institucional – GRP 102.....	39
8.7.5.2. Implementação do Programa de Integridade/Compliance e Gestão de Riscos – GRP 99 ...	40
8.7.5.3. Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ – GRP 90.....	41
8.7.6. Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD).....	42
8.7.6.1. Digitalização de Processos Físicos (continuidade) – GRP 81	42
8.7.6.2. Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ – GRP 97	43
8.7.7. Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)	44
8.7.7.1. Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade) – GRP 71	44
8.7.7.2. Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica – GRP 96.....	45
8.7.8. Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF)	46
8.7.8.1. Modernização da Gestão Fiscal (continuidade) – GRP 80.....	46
8.7.9. Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES).....	47
8.7.9.1. Novo Sistema de Pessoal – GRP 100.....	47
8.7.10. Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI)	47



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.10.1. Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso – GRP 91	47
8.7.10.2. Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas – GRP 98	48
8.7.10.3. Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade) – GRP 74	49
8.7.11. Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC).....	50
8.7.11.1. Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud) – GRP 93.....	50
8.7.11.2. Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4 – GRP 94	51
8.7.11.3. Implementação do sistema e-Proc – GRP 103	52
9. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS.....	53
9.1 – Índice de Alcance das Metas Estratégicas.....	53
9.2 – Índice de Transparência.....	54
9.3 – Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade	55
9.4 – Índice de Implementação de Projetos de Inovação no PJERJ	56
9.5 – Acervo de Rotinas Administrativas (RAD) do PJERJ.....	57
9.6 – Unidades Organizacionais com novo modelo de RAD	58
9.7 – Quantidade de sistemas certificados (ISO) 9001	59
9.8 – Apontamentos em auditorias de gestão.....	60
10. OUTRAS REALIZAÇÕES DA SGGIC.....	61
10.1 – Gabinete	61
10.2 – DEGEP	62
10.3 – DEGER.....	64
10.4 – DEIND	65
11. PLANILHAS DE INDICADORES - ESTRATÉGICOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS	66



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

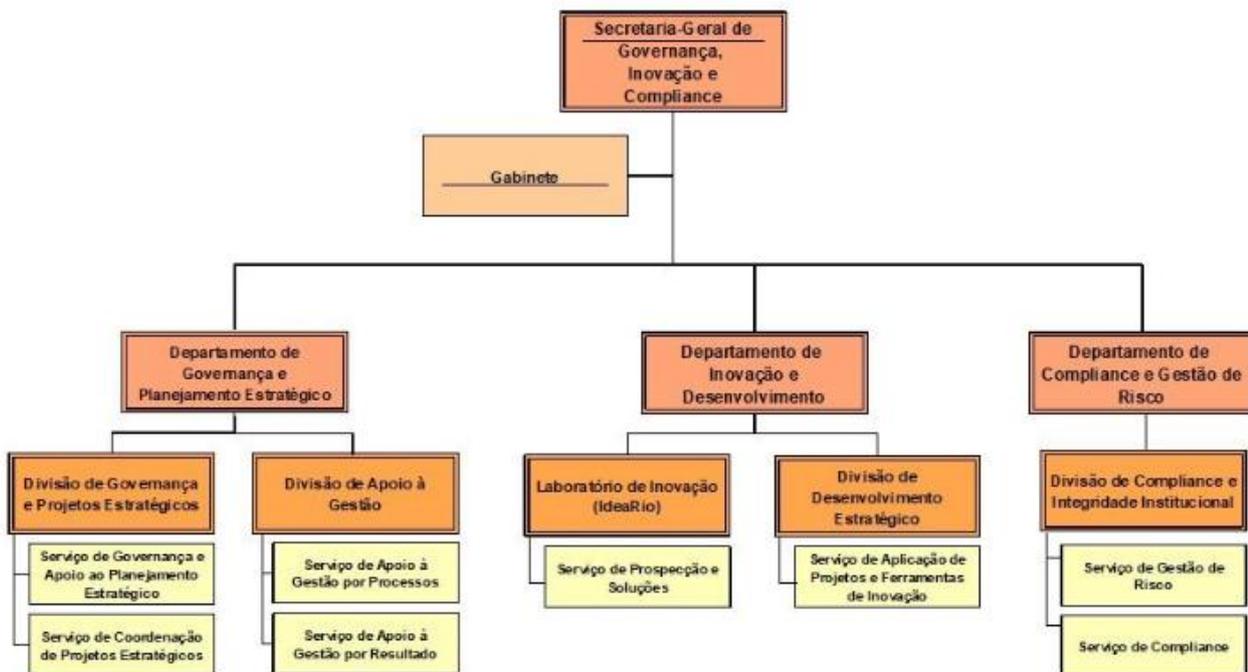
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

RESOLUÇÃO OE nº11 /2024 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

1.1. Organograma

ANEXO XI – SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2 Gestores e Assessores

1.2.1 Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)

A Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance, diretamente subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tem por missão promover a governança, por meio de orientação e implementação de mecanismos de gestão, estratégia, compliance e de soluções inovadoras e transparentes, em todas as unidades do PJERJ, contribuindo para resolução dos conflitos de interesse por meio das melhorias implementadas.



Carlos Mauro Brasil Cherubini

Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance

3133-7074

carlosbrasil@tjrj.jus.br



Virginia Maria Corrêa Viveiros

Assessora

3133-7540

virginiamc@tjrj.jus.br



Paulo Roberto de Souza

Assessor

3133-7540

paulorsouza@tjrj.jus.br



Isa Claudia Maria Torres

Assistente

3133--3431

isa@tjrj.jus.br



Jeferson Guimarães Soares

Assistente

3133--1942

jeferson.soares@tjrj.jus.br



Nayra Ftia Jose de Lima

Assistente

3133--9298

nayralima@tjrj.jus.br



Vitor da Luz Telles

Assistente

3133--9408

vitor.telles@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2.2 Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP)

O DEGEP é responsável pela implementação de políticas de governança na instituição, bem como pelo desenvolvimento e monitoramento do planejamento estratégico institucional e pela adoção de práticas de gestão que contribuam para a uniformização das diretrizes gerenciais administrativas e pela modernização da gestão no TJRJ como um todo.



Michele Vieira de Oliveira

Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico - DEGEP

3133-7121

michelevieira@tjrj.jus.br



Iara Silva Fraguas Sym

***Diretora da Divisão de Governança e Projetos Estratégicos
DIPEP***

3133-7722

iarafraguas@tjrj.jus.br



Danielle da Cunha Martins Ribas

***Divisão de Apoio à Gestão
DIAGE***

3133-7536

danielle@tjrj.jus.br



Antônio Carlos da Silva Ferreira

***Chefe do Serviço de Governança e Apoio ao Planejamento Estratégico
SEMPE***

3133--7559

antoniocsf@tjrj.jus.br



Patrícia de Souza Ferreira

***Chefe do Serviço de Apoio à Gestão por Processos
SEGES***

3133--7538

pferreira@tjrj.jus.br



Anna Claudia Machado de Oliveira Otero

***Chefe do Serviço de Coordenação de Projetos Estratégicos
SECOPE***

3133--7537

annaoliveira@tjrj.jus.br



Lilian Carla de Mello Rocha

***Chefe do Serviço de Apoio à Gestão por Resultados
SEGER***

3133--7535

lilianmello@tjrj.jus.br



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2.3 Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND)

Cabe ao DEIND disseminar a cultura de inovação entre as unidades do Poder Judiciário e promover a concepção e desenvolvimento de novos projetos, que resultem no aumento da efetividade das ações do Poder Judiciário e fomentem o alcance e a qualidade dos resultados.



Daniela Cabral Soares Gasparri

Diretora do Departamento de Inovação e Desenvolvimento – DEIND

3133-1905

daniela@tjrj.jus.br



Fernando Braga Minelli

*Diretor do Laboratório de Inovação
IdeaRio*

3133-3319

fernandominelli@tjrj.jus.br



Ricardo Alves dos Reis

*Diretor da Divisão de Desenvolvimento
Estratégico*

DIDES

3133-2138

ricardoalves@tjrj.jus.br



**Guilherme Acácio Santini
Pereira**

*Chefe de Serviço de Prospecção e
Soluções*

SEPROS

3133-4482

guilhermeacacio@tjrj.jus.br



Ricardo Gonçalves do Carmo

*Chefe de Serviço de Aplicação de
Projetos e Ferramentas de Inovação
SEAPP*

3133-3432

ricardocarmo@tjrj.jus.br



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2.4 Departamento de Compliance e Gestão de Risco (DEGER)

O DEGER é responsável pelo desenvolvimento do Programa de Integridade do TJERJ e implementação das políticas correspondentes, como gestão de risco, compliance e transparência, prestando auxílio às unidades do Tribunal na aplicação de ferramentas que permitam melhores práticas voltadas para a ética, efetividade e conformidade das atividades.



Diana Constantino Schimidt

Diretora do Departamento de Compliance e Gestão de Risco – DEGER

3133-9372

dianaconstantino@tjrj.jus.br



Daniele de Carvalho Romero

Diretora da Divisão de Compliance e Integridade Institucional

DICII

3133-9371

danielecr@tjrj.jus.br



Priscilla Mariano Almeida

Chefe do Serviço de Compliance SEDCO

3133-9407

priscilamariano@tjrj.jus.br



Vanessa Ferreira Martins Vilela

Chefe do Serviço de Gestão de Risco

SEGRI

3133-9409

vmartins@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. Legislação e documentação correlata

- [RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 11/2021](#) - Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 2021-2026 (PJRJ)
- [RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 12/2021](#) - Aprova o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 93/ 2023](#) - Revisa o Plano Estratégico e a Matriz de Indicadores Estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).
- [PORTARIA nº 1347/2023](#) - Altera a composição da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP).
- [PORTARIA nº 981/2023](#) - Designa membros para o Subcomitê Gestor do Segmento da Justiça Estadual no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
- [Plano Estratégico Sexênio 2021-2026](#)
- [Plano de Ação Governamental - PAG](#)
- [Mapa Estratégico do PJERJ](#)
- [Plano de Comunicação da Estratégia](#)

3. GOVERNANÇA

3.1. Legislação correlata

- [RESOLUÇÃO OE N.º 17/2024.](#) - Estabelece os modelos de gestão que formam o Sistema de Governança do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- [ATO NORMATIVO TJ N.º 09/2023.](#) - Estabelece a Política de Governança da Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- [ATO NORMATIVO N.º 10/2023.](#) - Estabelece o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1. Legislação e documentos correlatos

- ATO NORMATIVO TJ N.º 11/2023. - Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance e dá outras providências;
- Plano de Gestão de Riscos.
- Guia Prático para Mapeamento de Riscos.
- Banco de Riscos.
- Aviso TJ Nº 72/2023. – avisa sobre a obrigatoriedade do mapeamento de riscos no âmbito do TJERJ.

5. INOVAÇÃO

5.1. Legislação correlata

- ATO NORMATIVO TJ N.º 08/2023. - Dispõe sobre a Política de Gestão da Inovação da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance e dá outras providências.
- Portaria CNJ N.º 82/2023., instituindo o Prêmio CNJ de Qualidade de 2023, tendo como um dos requisitos a política de gestão de inovação (Res.CNJ nº 395/2021).

5.2. Projetos desenvolvidos pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento

5.2.1 Adaptações de materiais para linguagem simples

Aproveitando a experiência adquirida durante o desenvolvimento do projeto “Linguagem Simples para o Cidadão”, o IdeaRio passou a oferecer às demais unidades do Tribunal a adaptação de seus materiais para a linguagem simples e visual thinking. Isso envolve a simplificação de documentos com informações complexas, através de técnicas de redação e diagramação, de modo a torná-los mais compreensíveis para o público em geral, promovendo a transparência, a igualdade de acesso e a eficácia na comunicação do tribunal com a sociedade.

Desse modo, seja por iniciativa própria, seja por demanda, o IdeaRio já realizou a adaptação de materiais sobre violência doméstica (cartilha lei Maria da Penha, 2 folders e 4 atividades para fixação das informações, ainda sob análise da COEM), e, neste primeiro semestre/2024, a cartilha sobre



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

conflito de interesse (parceria com o SGGIC-DEGER) e manuais relativos a gestão e fiscalização de contratos (parceria com a SGCOL).

5.2.2 Encontro de Gestores Judiciários



Encontro de Gestores Judiciários foi um evento criado com o intuito de reunir servidores responsáveis pela gestão em Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça. Seu principal propósito é promover a troca de conhecimentos, compartilhamento de melhores práticas e discussão de temas pertinentes para o aprimoramento da gestão.

O evento incluiu a palestra "Desafios e Tendências na Gestão Pública e Judiciária", ministrada pelo renomado Professor Paulo Roberto de Mendonça Motta, Mestre em Administração Pública pela University of North Carolina (EUA), consultor de empresas e instituições públicas e internacionais. É importante destacar que a participação do palestrante Professor Paulo Motta foi voluntária, sem ônus financeiro para o TJ.

Durante 2 dias, 211 gestores, participaram de 09 painéis temáticos cujos temas foram:

- § Como combater a evasão de conhecimento administrativo?
- § Como incentivar novos servidores a se interessarem pela gestão pública?
- § Como convencer gestores a impulsionarem práticas administrativas, seja em implementação, seja em conhecimento e divulgação?
- § Como podemos buscar a excelência na gestão, principalmente, em relação aos novos servidores concursados e terceirizados?
- § Como criar tutores ou perpetradores da gestão judiciária?
- § Como alcançar as áreas administrativas com os modelos de gestão mais modernos?



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

§ Quais os desafios da formação e desenvolvimento de líderes com foco no desenvolvimento do grupo?

§ Como criar fóruns abertos e horizontais em modelos de gestão ou em gestões específicas?

§ Como estabelecer a conscientização de resultados e metas nas diversas secretarias?

Após o evento foi feita pesquisa de opinião na qual 99,0% dos participantes avaliaram positivamente os temas abordados e, 84,6% gestores aprovaram o tempo de duração dos painéis.

Como resultado deste encontro foi realizada reunião entre os representantes da SGGIC e os facilitadores para definir a abertura de processos administrativos no sistema SEI relativos às propostas apresentadas durante o Encontro de Gestores.

5.2.3 Viabilidade de cobrança ao usuário externo pelo acesso à base de dados do PJERJ

O IdeaRio foi solicitado, pelo Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP, a se manifestar sobre a viabilidade de cobrança, ao usuário externo, pelo acesso à base de dados do PJERJ. Assim foi realizado um estudo (doc. 7359303, proc. 2023-06087368) concluindo por sugerir a análise dois possíveis casos de cobrança: 1) A oferta de um serviço de API para coleta dos dados processuais; e 2) A entrega de dados estatísticos, cujos pedidos atualmente não são atendidos em razão do art. 13 do Ato Normativo TJ nº 08/2018.

O referido estudo ainda aguarda deliberação por parte do CGPDP.

5.2.4 Dados certos

Trata-se de campanha de conscientização dos funcionários do TJRJ quanto à importância de alimentar adequadamente os sistemas de movimentação processual com os códigos corretos, em razão de seu impacto na qualidade e confiabilidade do banco de dados e suas repercussões nas estatísticas produzidas.

Foram realizadas campanhas, através de cartazes apostos dentro das unidades ou halls de elevadores, comunicados na intranet (com publicação no DJERJ e notícias no site TJRJ), mensagens nos sistemas que enviassem dados ao DataJud, bem como informativos enviados aos e-mails dos funcionários em suas caixas pessoais.

Foi apresentada palestra com panorama geral sobre o tema "Estatísticas da Prestação Jurisdicional: Impactos dos Cadastramentos dos Processos em 2023".

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Foram realizados quatro cursos específicos para as competências com instrutores do DEIGE em 2023.

O material dos Dados Certos ressalta a importância da fidedignidade e da confiabilidade do banco de dados do TJRJ para a alimentação do DataJud do CNJ e suas repercussões nas Metas e Premiações do CNJ, para a repercussão no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) na vida dos cidadãos, e para o embasamento estatístico para a gestão do tribunal pela Alta Administração.

5.2.5 Aproximação entre o Cidadão e a Mediação



Desenvolvido utilizando a metodologia de Design Thinking e tendo como macrodesafio, encaminhado pelo NUPEMEC, a “Aproximação do cidadão com a Mediação”.

Durante três dias (25/04, 02 e 09/05/2024), a equipe multidisciplinar, composta também por representantes do NUPEMEC, trabalhou o macrodesafio pelas fases da empatia, definição do problema, ideação e prototipagem. Contudo, durante essa última fase, todos os participantes concordaram que, antes de qualquer tipo de divulgação destinada ao público interno (uma das soluções propostas), era preciso saber os motivos pelos quais os processos eram pouco enviados ao NUPEMEC.

Assim, a equipe decidiu pela seguinte proposta: o NUPEMEC idealizaria um formulário com perguntas que identificassem o desinteresse na remessa de processos, a ser enviado por e-mail aos gabinetes, chefes de serventias das unidades judiciais e secretarias de câmaras.

Após a análise da resposta, o NUPEMEC irá verificar quais soluções serão implementadas.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.3 PROJETOS EM ANDAMENTO



5.3.1 Assistente Virtual

O projeto prevê a utilização de um assistente virtual, no estilo chatbot (caixa de diálogo), em que o usuário escreveria sua pergunta e receberia uma resposta com a informação previamente cadastrada, após o sistema realizar uma busca de correspondência em uma planilha Excel, previamente alimentada pela unidade responsável pela matéria.

Em reunião com a Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC) ficou decidido que seria analisada uma opção mais moderna e nos seria informado até agosto se o processo teria continuidade ou se seria feito com base em assistente virtual baseada em inteligência artificial.

5.3.2 Amadurecer com Direitos



Desenvolvido utilizando a metodologia de Design Thinking, teve como objetivo resolver macrodesafio “Como Aprimorar a Relação deste Tribunal com as Pessoas Idosas tendo em vista as recomendações da Resolução CNJ nº 520/2023”. As soluções propostas foram: cartilha e folder sobre o direito das



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

peças idosas voltados para o público externo, elaboração de duas “tirinhas jurídicas” para divulgar a existência do Estatuto da Pessoa Idosa e a prioridade legal na tramitação processual, criação de um Núcleo de Atendimento Especial às Pessoas Idosas e do Comitê de Política de Atenção às Pessoas Idosas, realização de palestras e aulas sobre o direito das pessoas idosas oferecidas pela ESAJ e EMERJ e separação das estatísticas referentes às pessoas idosas daquelas do eixo infância e juventude.

O projeto se encontra em fase de análise das soluções concebidas durante o Design Thinking, para posterior encaminhamento das propostas à avaliação da Alta Administração.

5.3.3 Gerador de Visual Law

SENTENÇA

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em que o autor alega ter permanecido sem energia elétrica entre os dias 24 e 27 de dezembro de 2020, o que lhe teria causado prejuízo com a perda de alimentos.

Alega ainda que tanto o dano moral quanto o dano material foram potencializados por se tratar de fim de ano, período de festas, e que perdeu grande parte da ceia de Natal que já estava preparada, tendo que desmarcar a celebração em sua casa, o que já estaria combinado com a família, causando-lhe grande constrangimento.

Instruiu a inicial com os documentos de fls. 03/09.

Gratuidade de Justiça deferida à fl. 11.

Regularmente citado, conforme certidão de fl. 14, o réu apresentou contestação às fls. 15/22 alegando que a falta de luz da autora foi causada por uma queda de árvore, tratando-se de caso fortuito, nos termos do art. 393 do Código Civil. Roga pela improcedência do pedido.

É o relatório (...)

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** os pedidos veiculados na inicial, para condenar a ré a pagar ao autor o valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) pelos danos morais.

Julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de danos materiais, eis que não comprovado o prejuízo.

Condene, ainda, a ré ao pagamento de honorários de sucumbência no valor de **R\$ 1.200,00** (mil e duzentos reais).

Custas pela parte ré.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC) tendo como base de dados o Dicionário Jurídico e o Vocabulário de Imagens. É possível a utilização de qualquer texto, com até 1000 caracteres, que será importado, para o sistema idealizado, em um esquema de “de-para”. As palavras correspondentes com as da base de dados aparecerão em negrito e, ao passar o mouse sobre ela, aparecerá a sua definição exatamente conforme consta no Dicionário Jurídico. Além disso, os ícones referentes as palavras que constam no Vocabulário de Imagens aparecerão automaticamente quando o texto estiver na sua forma simplificada.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.3.4 Natureza Fluminense



O Laboratório de Inovação IdeaRio foi convidado, pelo LIODS/TRF2, para, através da metodológica de Design Thinking, idealizar soluções para o Combate ao Tráfico de Animais. Deste projeto surgiu a ideia do TJRJ desenvolver um painel dashboard, criado através de PowerBI, com dados extraídos do acervo dos processos que tratassem de assuntos relativos a Direito Ambiental, conforme códigos pré-determinados (ou ainda de assuntos abarcados na Meta 12 do CNJ). As estatísticas serão apresentadas por NUR, a fim de indicar com certa precisão a localização e concentração dos crimes. A constatação de eventuais aumentos de crimes nos NURS ou mesmo do tipo de crime, seria utilizado como indicativo para priorização de ações, sejam de conscientização ou outras através de parcerias com outros órgãos e entidades.

5.3.5 Modelos utilizando técnica Linguagem Simples e Visual Law para 1ª e 2ª Instância

Projeto busca aproximar o cidadão do Poder Judiciário realizando a simplificação de documentos, através de técnicas de redação, diagramação e, quando possível, utilização de imagens, de forma a tornar a leitura mais compreensível para as partes intimadas. Foram idealizados modelos para a 1ª Instância (Mandado de citação, convocação da vítima, intimação autor do fato, intimação testemunha, ciência da sentença e intimação postar para audiência) que deverão constar no sistema DCP e está em fase final a idealização de modelos para serem implementados na 2ª Instância.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.3.6 Banco Nacional da Linguagem Simples e Imagem do Poder Judiciário

Trata-se da celebração de um protocolo de intenções, a vigor entre os Tribunais pactuantes, objetivando a formação, compartilhamento, divulgação e aperfeiçoamento de um banco único de verbetes (esclarecendo, em Linguagem Simples, termos, expressões e conceitos utilizados pela Justiça), bem como de imagens representativas dos referidos verbetes (pictogramas simples criados segundo as regras do Visual Thinking). Já manifestaram interesse em aderir ao banco mais de 30 Órgãos do Poder Judiciário, estando sendo elaborada a versão final da minuta do protocolo.

5.3.7 Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e Selo da Linguagem Simples (CNJ)



Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o CNJ e o TJRJ, visando estabelecer e promover uma cultura no Poder Judiciário de comunicação acessível, fundamentada no uso da linguagem simples, na comunicação geral com a sociedade. Os eixos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, que constam na Portaria do CNJ nº 143/2024 dispõe sobre as regras, procedimentos e critérios para que o Tribunal possa se habilitar ao Selo da Linguagem Simples.

Nesta esteira foi solicitado a EMERJ, ESAJ, EMEDI, DECOI, ASSIMP, Cerimonial, SGTEC e Laboratório IdeaRio para que informassem quais ações relacionadas à linguagem simples foram concluídas ou estão em andamento nas unidades e que encaminhassem documentação.

Para que seja cumprido estão em desenvolvimento planos de ação com documentos solicitados à EMERJ, ESAJ, EMEDI, DECOI, ASSIMP, Cerimonial, SGTEC e Laboratório IdeaRio que comprovam que o Tribunal: simplificou a linguagem em seus documentos; promoveu a brevidade nas comunicações; promoveu campanhas e fomentou a capacitação, educação e conscientização de magistrados e servidores; desenvolveu tecnologia de informação através de recursos de áudio, vídeos, traduções e



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

plataformas com interfaces intuitivas; compartilhou boas práticas e recursos de linguagem simples; e fomentou a articulação interinstitucional e social.

5.3.8 Memorando de Pagamento de Magistrados

Este projeto trata da melhoria das funcionalidades do sistema GPES relacionadas aos memorandos de pagamentos de Magistrados. Seu objetivo é a integração dos memorandos expedidos pelo DEMOV e processados pelo DEMAG. Um dos benefícios deste projeto é diminuir o erro humano, uma vez que os dados referentes aos memorandos de pagamento são lançados manualmente.

Neste projeto serão trabalhados 32 memorandos, sendo que um foi escolhido para ser o piloto e a partir de sua aprovação, os demais seguiriam a base que foi desenvolvida considerando as particularidades de cada memorando.

O memorando piloto foi concluído e a sua operação assistida já foi realizada.

Com a conclusão do memorando piloto, foi decidido em reunião do GT-Inovação que este grupo de trabalho passará a acompanhar o projeto.

5.3.9 Integração dos Sistemas de Convênio do TJRJ Projeto

Em razão de uma demanda recebida pelo IdeaRio (em que o Dr. Paulo Victor Siqueira, Juiz de Direito da Comarca de Cambuci, sugeria a criação de um Departamento especializado na realização de pesquisas de endereço inédito de réus e bens passíveis de penhora), o Laboratório suscitou a possibilidade de integrar as consultas feitas aos sistemas dos convênios mantidos pelo TJRJ (tais como Light, CEG, Jucerja, Renaud, Vivo, Previdência Social, Serasa, SPC e CDL Rio).

Atualmente, o projeto se encontra em fase de definição prévia quanto à sua viabilidade técnica, pela SGTEC.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.3.10 Pesquisa de Clima Organizacional

Após analisarmos o relatório da Pesquisa de Clima Organizacional feito pela Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES) verificamos que algumas melhorias poderiam ser feitas com o auxílio do Departamento de Inovação e Desenvolvimento. O primeiro projeto busca melhorar o resultado apresentado no item 4.2 - Comunicação Interna, no que se refere à questão “divulgação a respeito do Laboratório de Inovação do PJERJ – IdeaRio”. A SGPES idealizou 8 questões relacionadas a este item e somente esta pergunta recebeu o percentual de satisfação abaixo dos 50%.

Assim, idealizamos a campanha “Aproximando o Laboratório de Inovação do Servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”, consistente no agendamento de visitas aos representantes das Secretarias de Câmaras, Vice-Presidências, Chefes de Gabinete dos Desembargadores e Escolas (ESAJ/EMERJ/EMEDI) e CGJ.

5.4. Meta Nacional 2024 CNJ – Meta 9: Estimular a inovação no Poder Judiciário

5.4.1 Conexão Cidadã



Concebido, conjuntamente, pelos Laboratórios de Inovação do TJRJ e TRT-RJ, tem como objetivo encontrar soluções para uma maior aproximação do Judiciário com o cidadão. Foram aplicadas diversas ferramentas de inovação e ficou acordado que serão desenvolvidas, conjuntamente, jogos simples para esclarecer ao cidadão, de forma lúdica, o funcionamento do Poder Judiciário e o andamento dos processos judiciais e estórias em quadrinhos. Essas teriam, no máximo 9 (nove) quadrinhos tendo como base os seguintes temas: audiência com foco na testemunha, consulta processual, conciliação, balcão virtual, execução, vida do processo e utilização do dicionário jurídico. O “Projeto Conexão Cidadã” cumpriu todos os requisitos e foi aprovado como um dos projetos inscritos pelo TJRJ para a Meta 9 do CNJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.4.2 Simplifica Justiça



Concebido, conjuntamente, pelos Laboratórios de Inovação do TJRJ e TRE-RJ com o objetivo de criar ferramentas que possam ser disponibilizadas aos servidores que prestam atendimento ao público. As soluções encontradas foram: um manual de atendimento em linguagem simples e humanizado (abordando tanto balcão físico quanto o balcão virtual), um protocolo de atendimento para o balcão físico e um para o balcão virtual, ambos com 1 folha. O “Projeto Simplifica Justiça” cumpriu todos os requisitos e foi aprovado como um dos projetos inscritos pelo TJRJ para a Meta 9 do CNJ.

5.5. Prêmio CNJ de Qualidade

5.5.1 Ranking da Governança

Desenvolvido utilizando a metodologia de Design Thinking teve como objetivo resolver o macrodesafio “Como monitorar o nível de entrega de valor público pelas Secretarias-Gerais ao cidadão?”. Formado por um grupo multidisciplinar, com partes envolvidas na temática (atores principais, diretos e indiretos, de modo a propiciar um ambiente bastante diverso e profícuo), para explorar o desafio e buscar soluções. Foram abordados os seguintes tópicos durante as reuniões: governança interna, mecanismos de governança organizacional e integração entre níveis estratégicos e operacionais, fortalecimento e melhorias para a propositura da política de governança; coordenação de dados e monitoramento de resultados de cumprimento de requisitos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e planejamento estratégico.

Após a utilização de várias ferramentas relacionadas à metodologia adotada, foi identificado o seguinte problema: “Como podemos fomentar a capacitação contínua dos gestores e desenvolver indicadores que meçam o progresso e a eficácia da governança interna no TJRJ”. Surgiram várias ideias sendo que a adotada foi: “Criar programa de reconhecimento e premiação para as Secretarias-Gerais com melhor desempenho.” Foram elaborados critérios para a criação de um índice de



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

governança interna das Secretarias-Gerais do TJRJ, para a consequente criação de um ranking anual a ser divulgado na página do Tribunal de Justiça. Será encaminhado, por e-mail, *Forms* às Secretarias, com perguntas e pontuações que deverão ser devolvidos em um prazo pré-determinado. A SGGIC-DEGEP poderá solicitar, se considerar necessário, documentação comprobatória referente a algumas questões do formulário.

6. COMPLIANCE E INTEGRIDADE

6.1. Definição

No âmbito do Poder Judiciário, a Resolução nº 410 do CNJ trouxe diretrizes gerais para implementação de sistemas de integridade, conceituando integridade pública e Compliance. Podemos dizer que sistemas de Compliance e integridade são hoje um importante antídoto contra desvios causados pela conduta humana. O seu principal desafio, então, é a criação de um ambiente estrutural, organizacional e funcional, onde nenhuma modalidade de ilicitude consiga prosperar ou, ao menos, fique sem a devida resposta. Para sua implantação, imprescindível uma atenta gestão de riscos, com objetivo de alcançar a melhor performance, isto é, que a instituição não somente possa atingir os ideais números de produtividade, sempre almejados por necessários que são, como o faça dentro de rigoroso procedimento para cumprimento de normas e perseguição de genuína ética, aquela que atende à moral e à justiça social, elementos estes que servem como alicerces fundantes para a lisura e reputação de qualquer instituição.

No que se refere ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o comprometimento com a ética, com a depuração dos processos de trabalho, com as pesquisas de risco, com a detecção de eventual irregularidade ou necessidade de melhoria, com soluções justas, sensatas e imparciais, tem o condão de levar para sociedade a certeza de que a prestação jurisdicional será revestida de integridade em todas as suas fases até o provimento final. E incentivar que todos, individualmente, procurem pautar sua conduta na ética e moralidade, fazer o certo porque é o que deve ser feito.

6.2. Programas

- Código de Ética - RESOLUÇÃO OE nº 15/2023 - Aprova o Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- Comissão Mista de Ética e Boas Práticas – Ato Executivo Conjunto nº 23/2023.
- Canal de Denúncia de Integridade – Ato Normativo nº43/20223.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Termo de Ajustamento de Conduta – Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº13/2023.
- Canal de Consulta sobre Conflito de Interesses - Ato Normativo nº 27/2024.

7. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGGIC

7.1 - Certificação NBR ISO 9001:2015

O Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP) tem a função de impulsionar a gestão estratégica do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Sua composição e atribuições estão previstas nos artigos 280 e 281 da Resolução TJ/OE Nº 04/2023, que criou a Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance, da qual o DEGEP passou a fazer parte.

DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (SGGIC/DEGEP)

- Data da Certificação: 14/12/2007. Mantida até 2024, quando o departamento aderiu ao Modelo Basilar de Gestão - MBG.

7.2 - Direcionadores Estratégicos:

POLÍTICA DA QUALIDADE

A política da qualidade e os valores do PJERJ são utilizados como direcionadores da SGGIC. O compromisso com a qualidade dos serviços entregues aos seus usuários é formalizado mediante as declarações a seguir, alinhadas com os respectivos direcionadores estratégicos do PJERJ:

Missão

A missão da SGGIC está em fase de elaboração, conforme diretrizes já aprovadas para 2024. O DEGEP, por ser unidade existente há mais tempo, possui como missão auxiliar a Instituição no planejamento e integração de sua estratégia, pelo desenvolvimento de práticas de gestão, e de políticas de governança institucional.

Visão

Da mesma forma que a Missão, está em fase de construção, para ser definida em 2024. O DEGEP possui a Visão de ser referência institucional em ferramentas e metodologias de gestão e planejamento.

POLÍTICA DA QUALIDADE DO PJERJ



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a Instituição a alcançar seus objetivos.

VALORES DO PJERJ

- ética;
- probidade;
- transparência;
- integridade;
- acesso à justiça;
- celeridade;
- responsabilidade social e ambiental;
- imparcialidade;
- efetividade;
- modernidade.

7.3 - Objetivos da Qualidade:

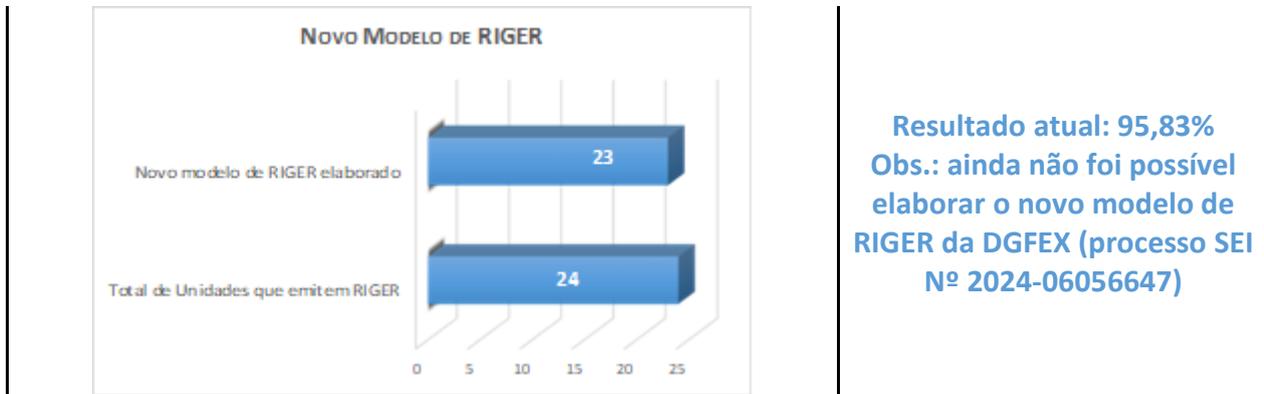
DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (SGGIC/DEGEP)

TEMA: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão					
OBJETIVO DA QUALIDADE	INDICADOR	UNIDADE ORGANIZACIONAL	SITUAÇÃO ANTERIOR MÊS/ANO	META	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Alterar modelo de Relatório de Informações Gerenciais (RIGER) Setorial	Modelos de RIGER Setorial publicados	DIPEP	Não há	100% dos Modelos de RIGER Setorial elaborados	01/01/2023 a 30/6/2024



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



8. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

8.1 – Revisão do Plano Estratégico

O Plano Estratégico foi revisado pela Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), contemplando 20 Projetos Estratégicos aprovados pela Administração Superior do PJERJ. Seguindo a diretriz estabelecida pelo Presidente do TJRJ, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dos 20 projetos, 6 são de continuidade, a fim de garantir que ações importantes iniciadas sejam continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional.

São eles:

- Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência;
- Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- Digitalização de processos físicos;
- Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro;
- Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2;
- Modernização da Gestão Fiscal.

Os Projetos Estratégicos novos são os seguintes:

- Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso;
- Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud);
- Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica;



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Curso mestrado profissional em Direito para magistrados;
- Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas;
- Implantação do Sistema e-Proc;
- Implementação do Programa de Integridade/Compliance e Gestão de Riscos;
- Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4;
- Implementação e Execução de Política de Governança Institucional;
- Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ;
- Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ;
- Novo Sistema de Pessoal;
- Política de Revitalização do Museu da Justiça;
- Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ.

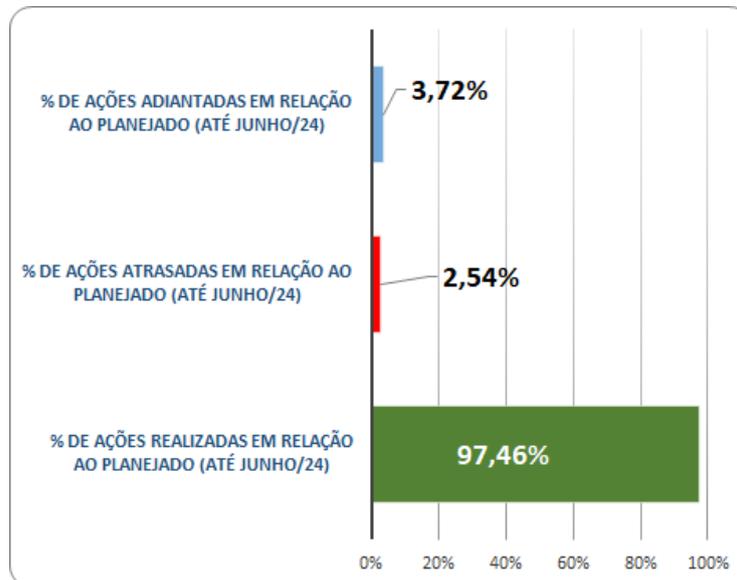
8.2 – Evolução dos Projetos Estratégicos

→ **ATÉ JUNHO/2024**



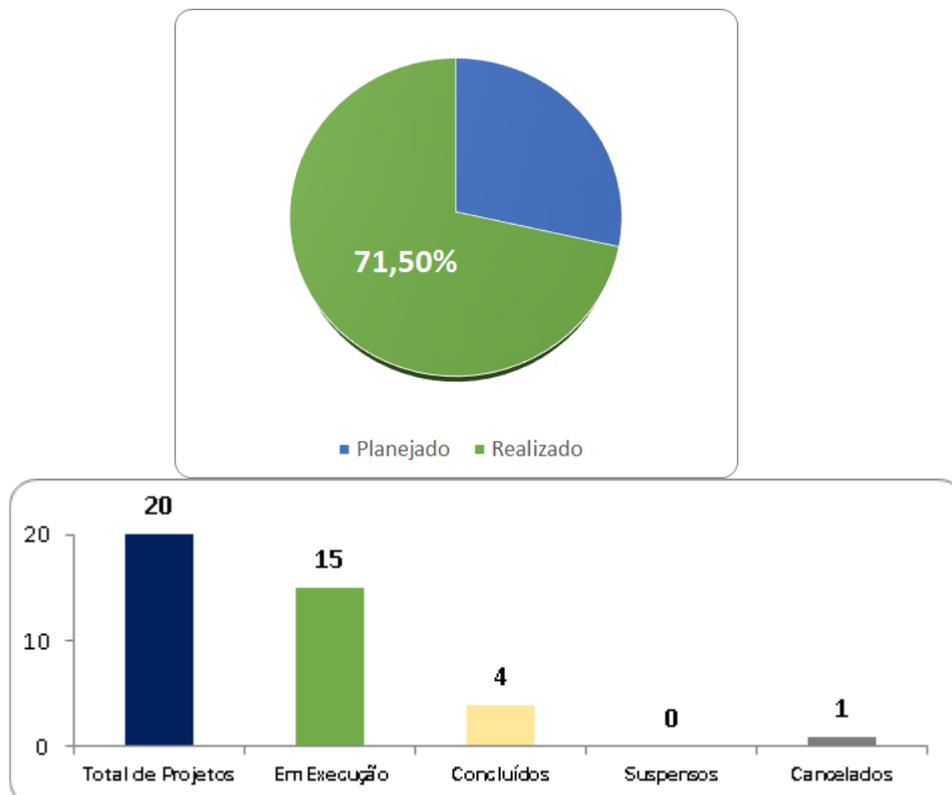
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.



→ EM RELAÇÃO AO BIÊNIO

8.3 – Situação Global

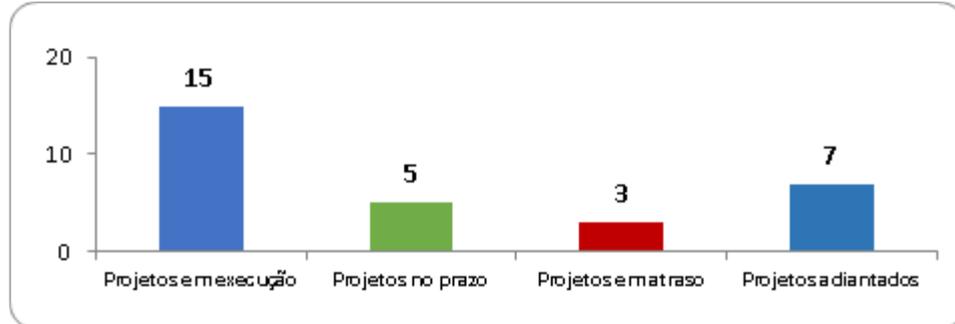




**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.4. Situação de andamento dos Projetos Estratégicos



8.5. Implementação dos Projetos Estratégicos

Situação dos Projetos Estratégicos – até junho/2024

Id PE (GRP)	Nome do Projeto Estratégico	
71	Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade)	ADIANTADO
96	Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica	EM ATRASO
78	Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2 (continuidade)	NO PRAZO
95	Curso mestrado profissional em Direito para magistrados	CONCLUÍDO
80	Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)	ADIANTADO
100	Novo Sistema de Pessoal	CANCELADO
102	Implementação e Execução de Política de Governança Institucional	NO PRAZO
99	Implementação do Programa de Integridade/ Compliance e Gestão de Riscos	NO PRAZO
90	Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ	CONCLUÍDO
101	Política de Revitalização do Museu Da Justiça	ADIANTADO
63	Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade)	NO PRAZO
92	Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ	ADIANTADO



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

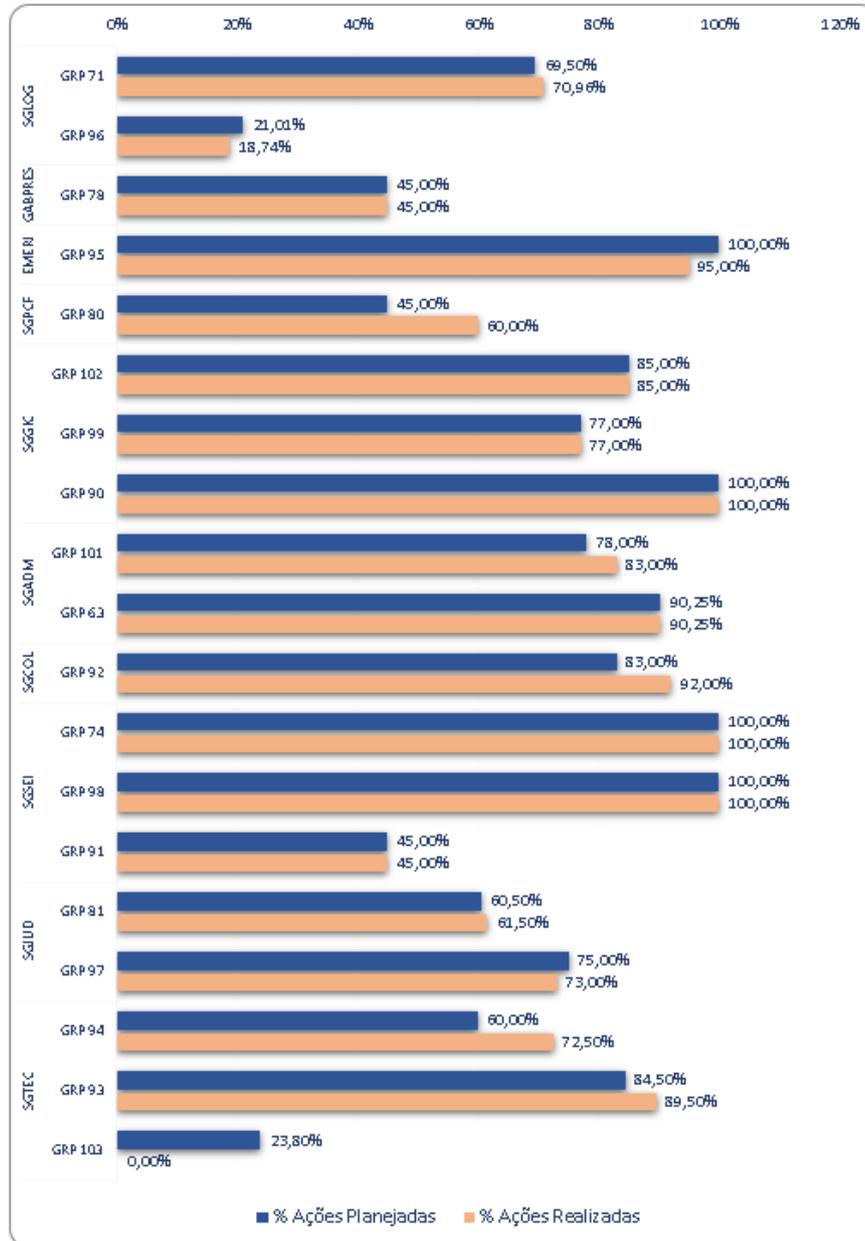
74	Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)	CONCLUÍDO
98	Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas	CONCLUÍDO
91	Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso	NO PRAZO
81	Digitalização de Processos Físicos (continuidade)	ADIANTADO
97	Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ	EM ATRASO
94	Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4	ADIANTADO
93	Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud)	ADIANTADO
103	Implantação do Sistema e-Proc.	EM ATRASO



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Percentual de implementação – até JUNHO/2024



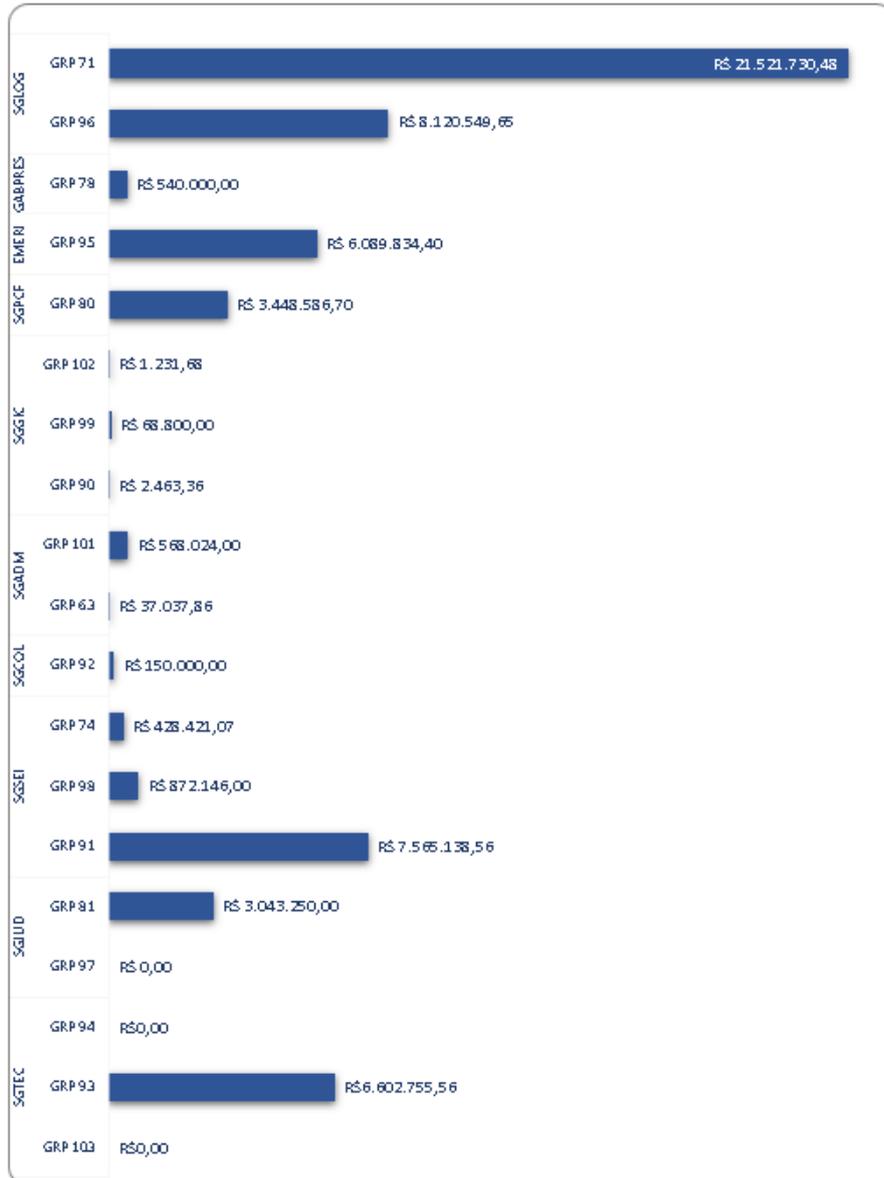


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8.6. Execução orçamentária estimada na execução do cronograma

Execução Orçamentária Estimada
(Exercícios 2023 e 2024)





ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7. Situação de cada Projeto Estratégico

8.7.1. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)

8.7.1.1. Curso mestrado profissional em Direito para magistrados - GRP 95

Síntese do escopo

1ª Escola de Magistratura Estadual a credenciar Curso Pós-Graduação Stricto Sensu na CAPES.

Gerente

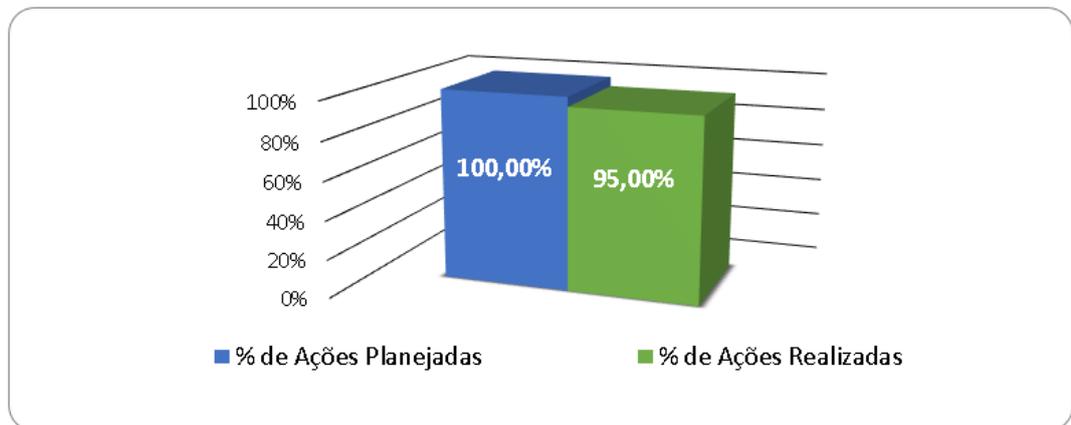
Paula Fernanda Mello Lage de Souza

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo estratégico

Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura



Status do projeto: **CONCLUÍDO**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8.7.2. Departamento de Segurança da Informação (GABPRES/DESEG)

8.7.2.1. Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos - Fase 2 (contin.) – GRP 78

Síntese do escopo

Atualização tecnológica e integração do Sistema de Controle de Usuários dos sistemas corporativos.

Gerente

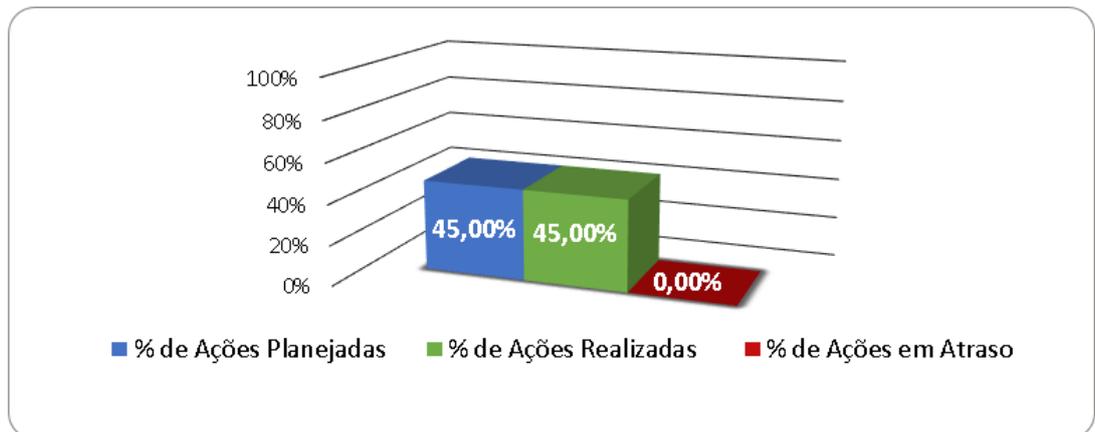
Josué de Almeida Resende / Renato Marçal

Macrodesafio

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Objetivo estratégico

Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas



Status do projeto: **NO PRAZO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.3. Secretaria-Geral de Administração (SGADM)

8.7.3.1. Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade) – GRP 63

Síntese do escopo

Sistema de Pesquisa à Base de Dados de Jurisprudência com tecnologia mais moderna e eficiente, tornando a consulta mais célere e assertiva. Atualmente, o TJRJ conta com 2 (dois) sistemas de consulta à base de dados de jurisprudência, o que impõem a necessidade de manutenção de ambos. Entretanto, a comercialização da plataforma de indexação de documentos GSA – Google Search Appliance - foi descontinuada pelo fabricante. Dessa forma, além de não ser possível ampliar o quantitativo de documentos a serem indexados pela ferramenta, não é mais possível firmar contrato de manutenção para a referida plataforma.

Gerente

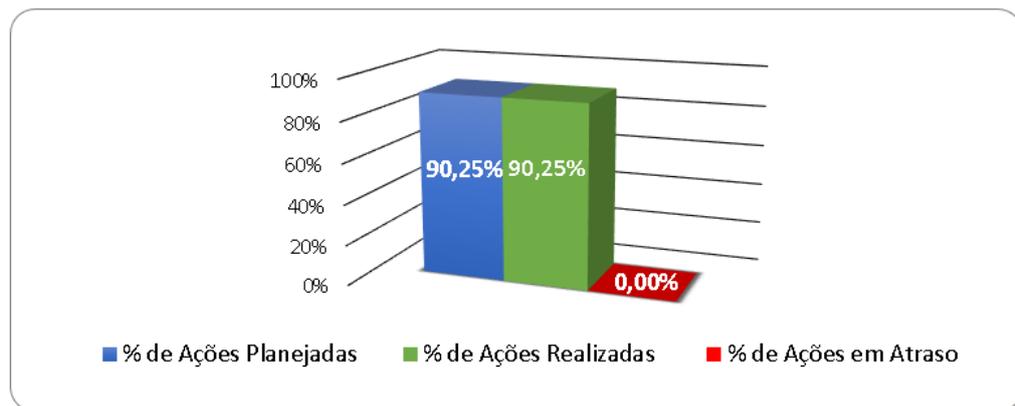
Ana Paula Teixeira Delgado

Macrodesafio

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Objetivo estratégico

Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdicional, buscando a razoável duração do processo



Status do projeto: **NO PRAZO**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.3.2. Política de Revitalização do Museu Da Justiça – GRP 101

Síntese do escopo

Adaptação das instalações físicas (internas) do Museu da Justiça com o objetivo de torná-las adequadas para as exposições de longa duração e curta duração e, conseqüentemente, viabilizando a expansão e o fomento à captação de público e o incremento aos serviços prestados aos usuários, em especial: (a) magistrados, servidores, funcionários e estagiários do PJERJ; (b) estudantes e professores de escolas e universidades públicas e privadas; (c) pesquisadores e profissionais das áreas pertinentes às suas atividades/atribuições.

Gerente

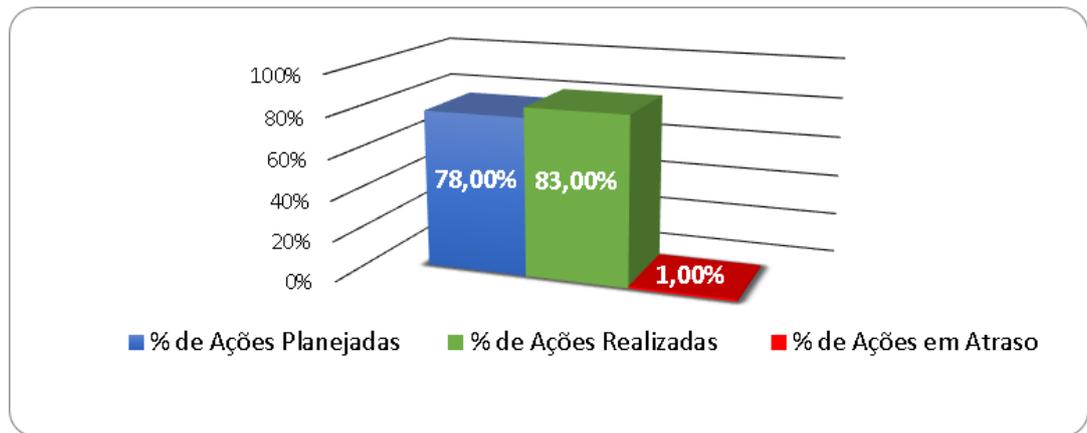
Siléa Macieira

Macrodesafio

FORTEALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Objetivo estratégico

Facilitação da comunicação com a mídia e com a sociedade civil



Status do projeto: **ADIANTADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.4. Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL)

8.7.4.1. Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ – GRP 92

Síntese do escopo

Todo o arcabouço jurídico e operacional internos, necessários para a completa e adequada utilização da Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLCA (14.133/21) no âmbito do PJERJ.

Gerente

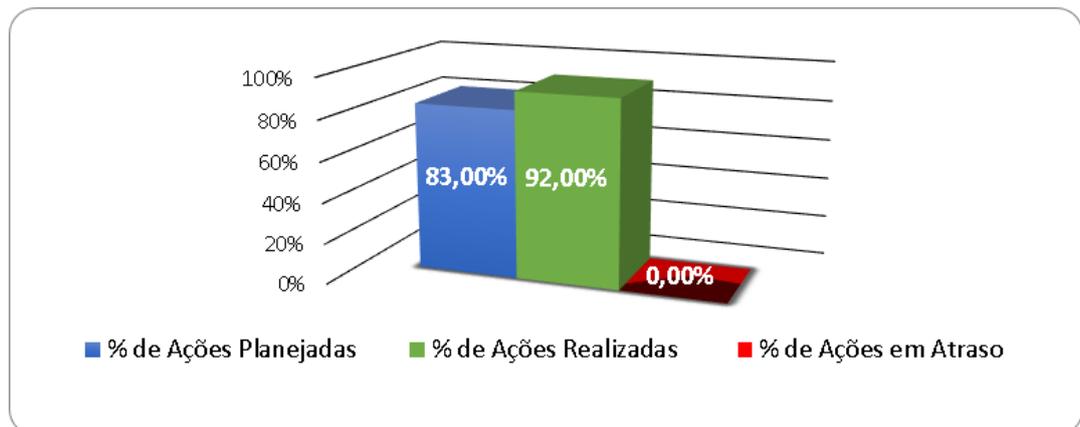
Ana Paula Sardinha Borges

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA/ ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Objetivo estratégico

Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão/ Aprimoramento da fiscalização e do controle do gasto público no PJERJ



Status do projeto: **ADIANTADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8.7.5. Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)

8.7.5.1. Implementação e Execução de Política de Governança Institucional – GRP

102

Síntese do escopo

Atos Institucionais unificando conceitos, parâmetros e mecanismos de governança institucional no TJERJ, complementação pela elaboração de um “Guia de Política de Governança Institucional”;
Implementação de ações para identificar outras práticas já existentes, bem como estabelecer aquelas que ainda não fazem parte da rotina institucional. Para isso há necessidade de criação/aperfeiçoamento de diversos atos autônomos (unificados pela política), e que tratem de temas fundamentais de governança no setor público, especialmente já recomendados pelos órgãos de governo e já fundamentados em atos e literaturas, em especial, as do CNJ e as do TCU (Referenciais básicos de Governança): Governança Institucional (Geral, reunindo as demais); Governança de gestão estratégica; Governança de contratações; Governança de gestão de pessoas; Governança de riscos; Governança de TI; Código de ética, conduta e integridade – Compliance; Governança de Inovação; Governança de TI; Governança da Sustentabilidade.

Gerente

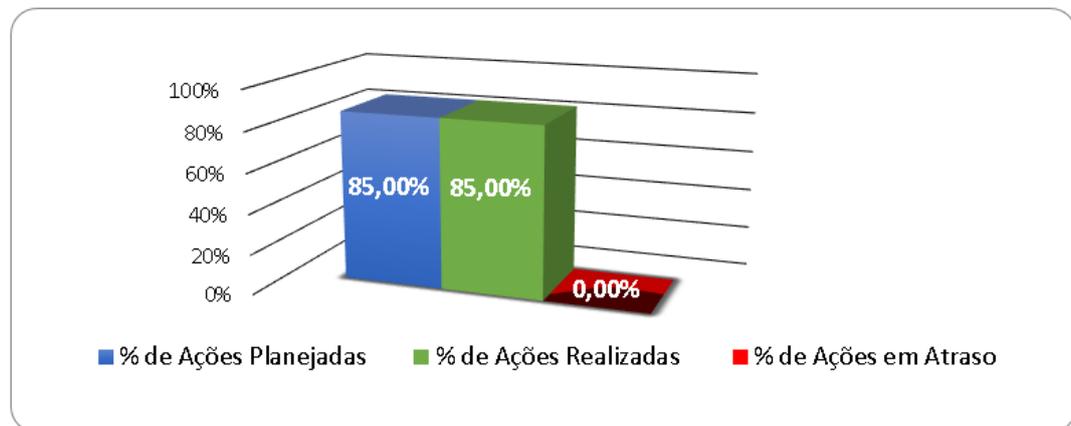
Michele Vieira de Oliveira

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico

Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão



Status do projeto: **NO PRAZO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.5.2. Implementação do Programa de Integridade/Compliance e Gestão de Riscos – GRP 99

Síntese do escopo

Mecanismos para implementar e/ou aperfeiçoar cultura institucional voltada para integridade/compliance e gestão de riscos

Gerente

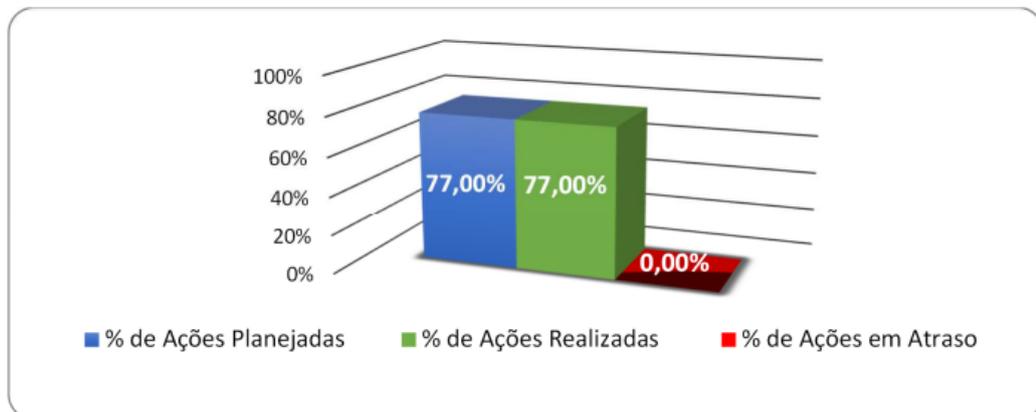
Diana Constantino Schmidt

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico

Aprimoramento das políticas de controle interno



Status do projeto: **NO PRAZO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.5.3. Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ – GRP 90

Síntese do escopo

Implementação de setor e processo de trabalho relacionado à gestão de inovações no PJERJ, com desenvolvimento de alguns projetos piloto de inovação desde o primeiro ano da nova administração (Implementação do Banco de Boas Práticas, Simplificação de Linguagem Jurídica, etc.).

Gerente

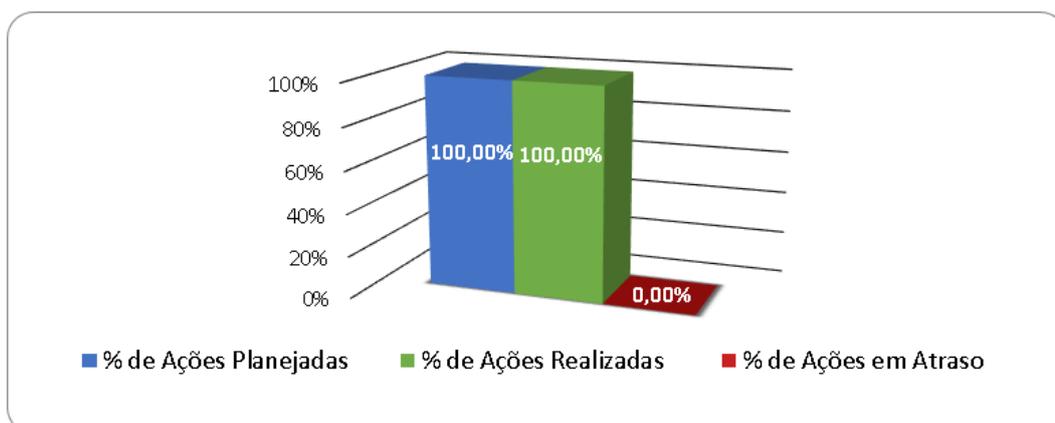
Daniela Cabral Soares Gasparri

Macrodesafio

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL/ APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA/ FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Objetivo estratégico

Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdicional, buscando a razoável duração do processo/ Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão/ Aprimoramento da comunicação interna/ Facilitação da comunicação com a mídia e com a sociedade civil



Status do projeto: **CONCLUÍDO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.6. Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD)

8.7.6.1. Digitalização de Processos Físicos (continuidade) – GRP 81

Síntese do escopo

Promover a virtualização de 100% do acervo de processos físicos em andamento do TJRJ, em atendimento ao disposto na Resolução CNJ nº 420/2021.

Gerente

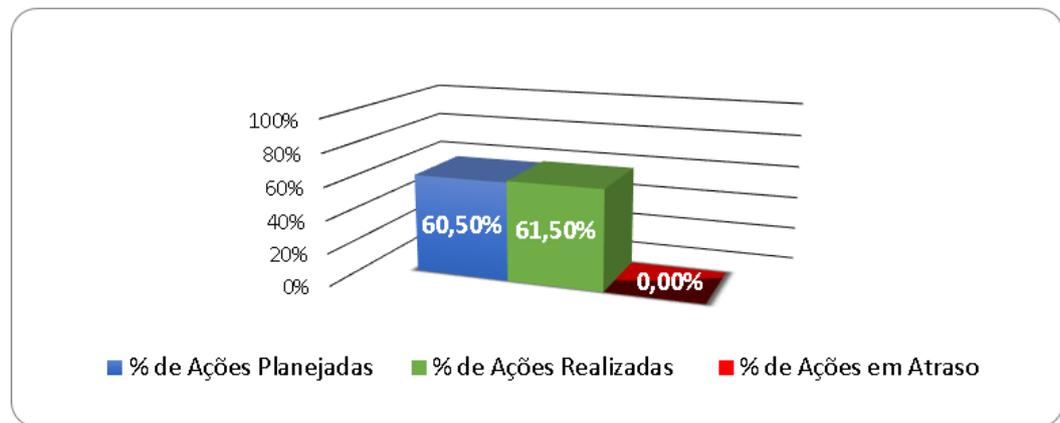
Marcus Vinícius Domingues Gomes

Macrodesafio

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Objetivo estratégico

Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdiccional, buscando a razoável duração do processo



Status do projeto: **ADIANTADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8.7.6.2. Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ – GRP 97

Síntese do escopo

Adoção de ações para o incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ, em especial junto as Câmaras de Direito Público.

Gerente

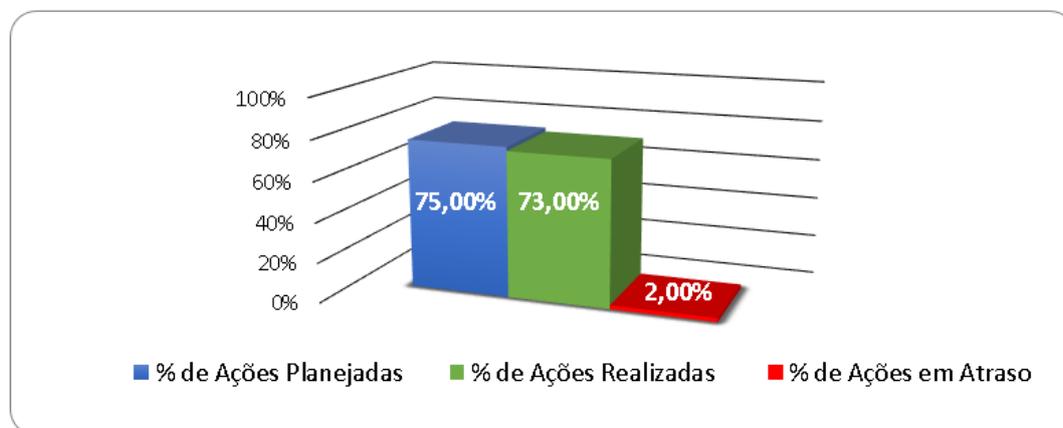
Marcus Vinícius Domingues Gomes

Macrodesafio

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Objetivo estratégico

Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais



Status do projeto: **EM ATRASO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.7. Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)

8.7.7.1. Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade) – GRP 71

Síntese do escopo

Prestação de serviços de engenharia especializada em manutenção, conservação e instalação de sistemas fixos de proteção e combate a incêndio do PJERJ, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e análise dos sistemas instalados nas edificações, com fornecimento de material, nos termos do documento de referência, conforme relação abaixo: Avaliação da fiscalização/Planejamento/Mobilização/Suprimento/Levantamento de campo da situação das instalações apresentação de relatórios/Croqui da situação encontrada/Demolição / escavação de pisos / Desmontagem de tubulações/Remontagem de tubulações/Soldagem de tubulações./Teste de estanqueidade/Pintura de tubulações /Manutenção e reparo de bombas/Teste de bombas Manutenção e reparo painéis elétricos/Teste de painéis elétricos/Recomposição / pisos / paredes / tetos/Pintura paredes e tetos/Implementação sinalização/Implementação manutenção preventiva/Croqui das instalações concluídas.

Gerente

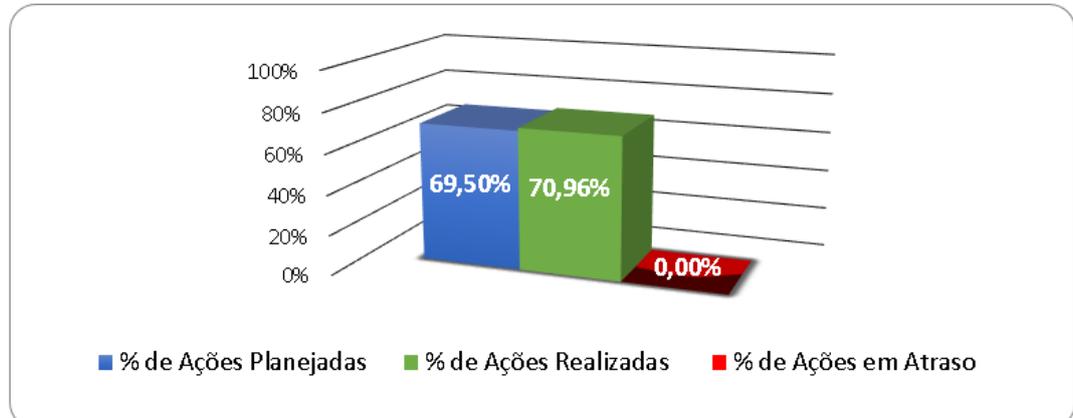
Anizia Christina Leite Souza/ Glaucia de Mattos Almeida

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Objetivo estratégico

Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações



Status do projeto: **ADIANTADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.7.2. Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica – GRP 96

Síntese do escopo

O produto entregue corresponde a solução de SFCR (Sistemas Fotovoltaicos Conectados à Rede), com a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de energia solar fotovoltaica conectados à rede (on-grid), com fornecimento e instalação de todos os materiais e equipamentos, comissionamento, testes e trâmites junto à concessionária de energia elétrica para entrada em operação do sistema, visando atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ nas edificações determinadas pela Alta Administração tecnicamente viáveis de instalação.

Gerente

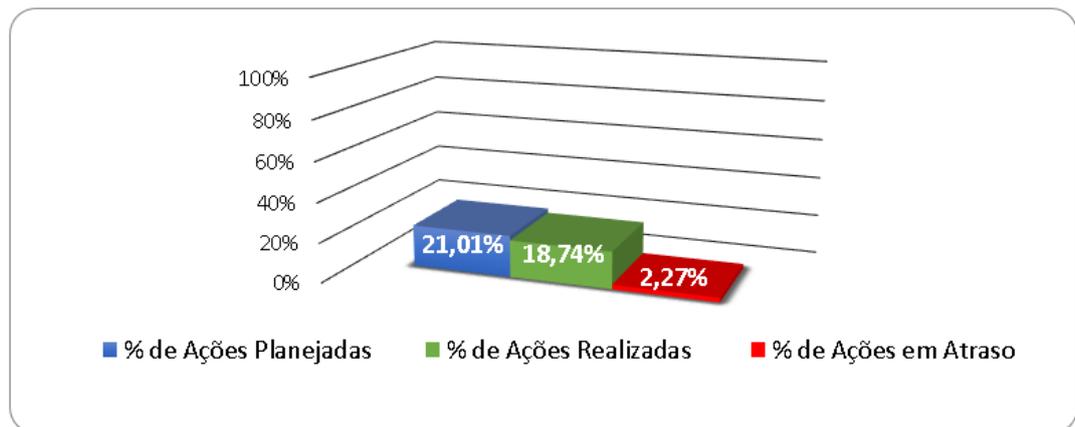
Glayson Leal Azevedo

Macrodesafio

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE/ APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Objetivo estratégico

Promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida/ Aprimoramento logístico do PJERJ



Status do projeto: **EM ATRASO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.8. Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF)

8.7.8.1. Modernização da Gestão Fiscal (continuidade) – GRP 80

Síntese do escopo

O projeto irá integrar ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil, visando ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho, treinamento e alocação eficiente de pessoas e captação e melhoria dos recursos de TI.

Gerente

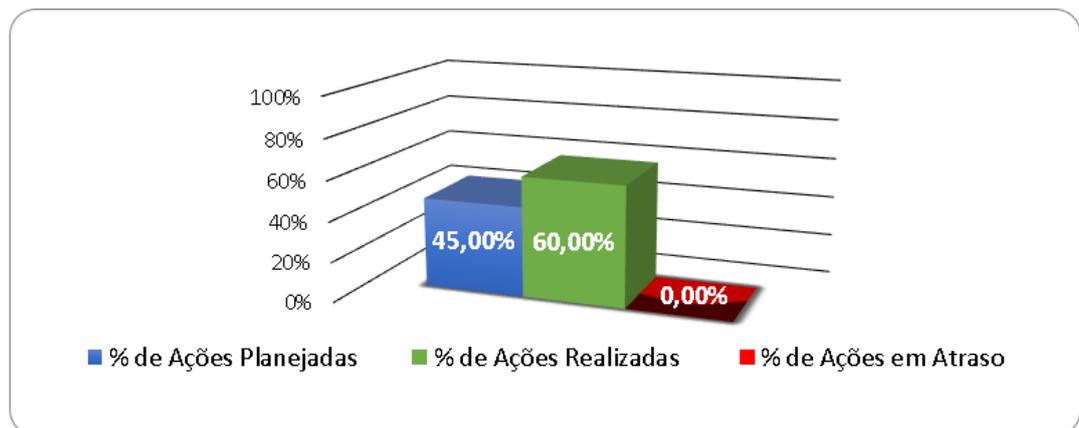
Ricardo Egídio Freire de Souza

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objetivo estratégico

Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ



Status do projeto: **ADIANTADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8.7.9. Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES)

8.7.9.1. Novo Sistema de Pessoal – GRP 100

Cancelado

“...Por decisão da administração, o projeto GPES, embora importante, deixou de ser considerado estratégico em face da alteração do seu escopo, estando, portanto, essa deliberação cumprida.”

Comissão de Governança, Estratégica e Planejamento (COGEP) -Ata de Reunião Nº 01/2024-
Data:15/01/2024

8.7.10. Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI)

8.7.10.1. Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso – GRP 91

Síntese do escopo

Unidades do PJERJ com acesso controlado;
Acautelamento de armas de fogo nas unidades do PJERJ,
Acautelamento de objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ.

Gerente

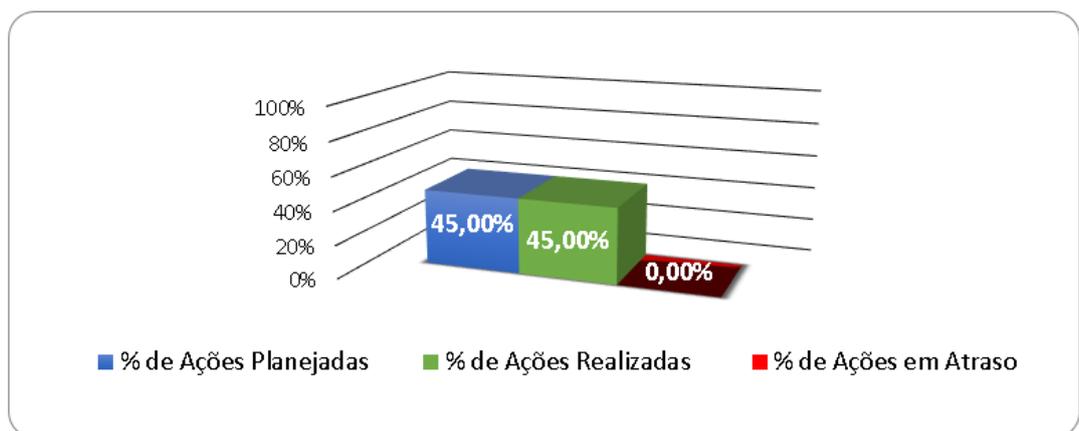
William Ricardo Alves

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Objetivo estratégico

Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações



Status do projeto: **NO PRAZO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.10.2. Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas – GRP 98

Síntese do escopo

Segurança para os Desembargadores e Magistrados nos acessos e corredores privativos selecionados.

Gerente

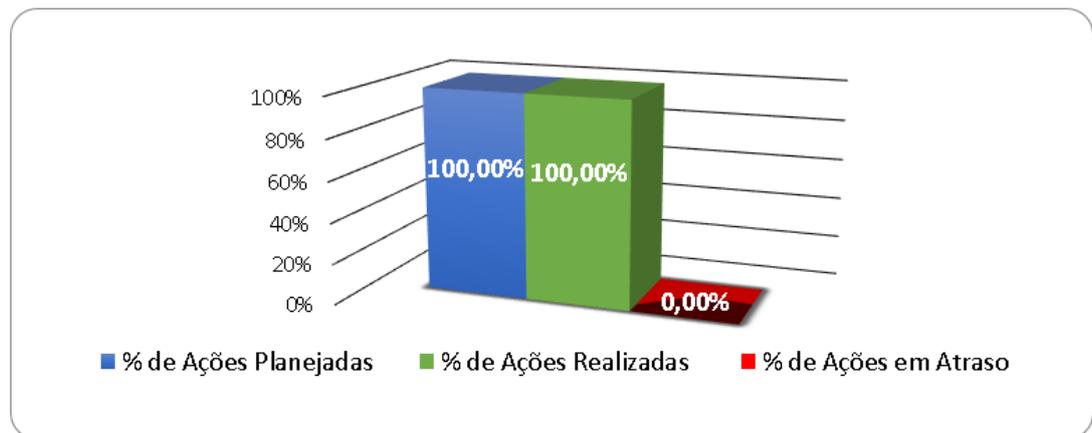
Ricardo Paz Vila

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Objetivo estratégico

Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações



Status do projeto: **CONCLUÍDO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8.7.10.3. Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade) – GRP 74

Síntese do escopo

Segurança para os Magistrados nas audiências presenciais.

Gerente

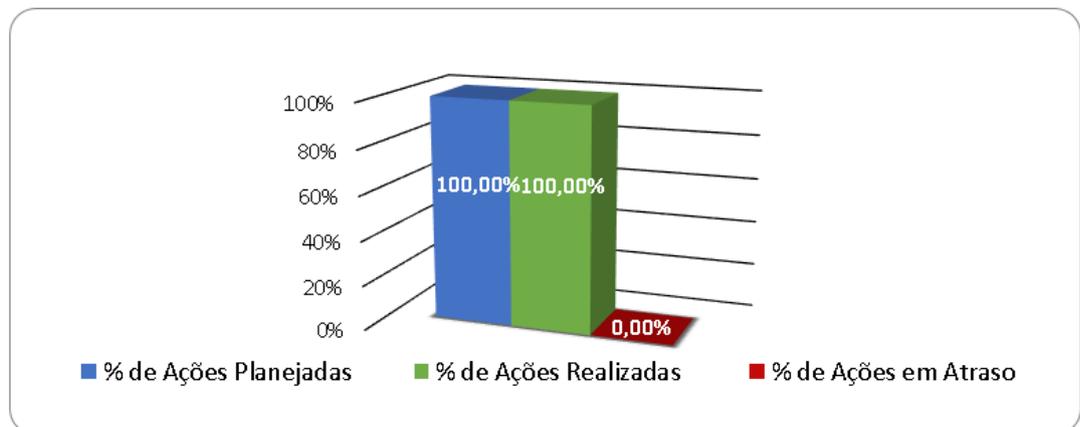
Ricardo Paz Vila

Macrodesafio

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Objetivo estratégico

Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações



Status do projeto: **CONCLUÍDO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.11. Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC)

8.7.11.1. Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud) – GRP 93

Síntese do escopo

Aquisição e implementação de nova infraestrutura de nuvem, maior que a atual e que tenha capacidade de suportar o uso dos sistemas no TJRJ, em todas as unidades judiciais.

Gerente

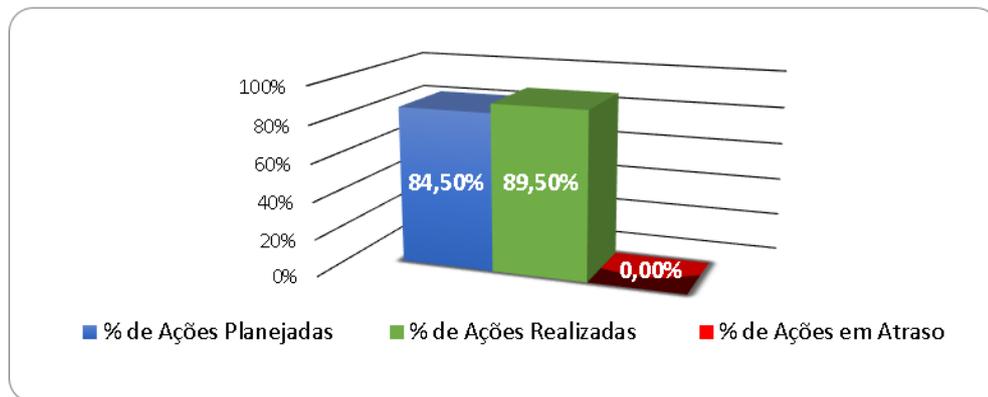
Sidney Aloisio Ferreira Pryor

Macrodesafio

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Objetivo estratégico

Aprimoramento da gestão da infraestrutura e dos equipamentos de TI



Status do projeto: **ADIANADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.11.2. Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4 – GRP 94

Síntese do escopo

Atualização de melhores práticas de gestão de serviços de atendimento, infraestrutura e desenvolvimento de soluções, baseadas no framework ITIL 4. Atividades: Revisar, mapear e propor melhorias aos processos de TIC da SGTEC. Atribuir responsabilidades, implementar indicadores, identificar riscos e documentar os fluxos em RADs. Avaliar os resultados obtidos. Este projeto priorizará as práticas ITIL de Gerenciamento de Requisição de Serviço; Gerenciamento de Incidente; Gerenciamento de Infraestrutura e Sustentação; e Gerenciamento de Desenvolvimento de Software.

Gerente

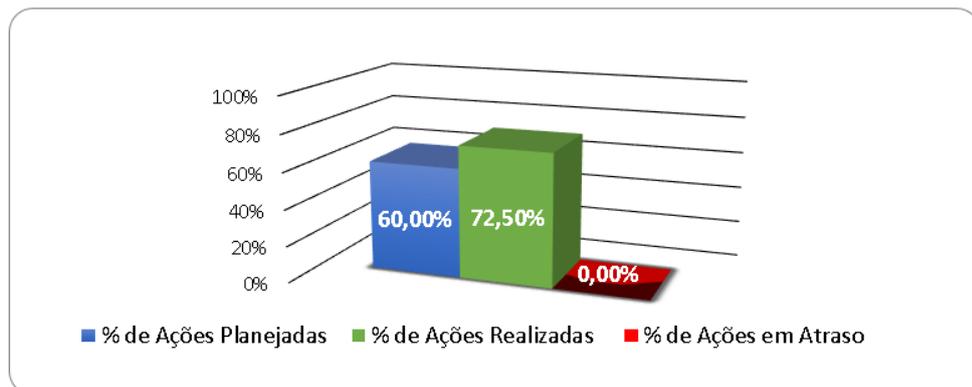
João Marcelo Romano

Macrodesafio

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Objetivo estratégico

Aprimoramento da governança de TIC



Status do projeto: **ADIANTADO**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7.11.3. Implementação do sistema e-Proc – GRP 103

Síntese do escopo

Termo de Acordo de Cooperação Técnica, sem repasse de verbas, a ser celebrado entre este Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, o Tribunal de Justiça do Acre - TJAC e o Tribunal de Justiça de Tocantins - TJTO, com fundamento no artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/21, cujo objeto consiste na cessão do direito de uso do e-Proc, sistema de processo judicial eletrônico criado pelo TRF4, mediante o estabelecimento de condições de cooperação entre os partícipes com vistas ao desenvolvimento permanente do referido sistema.

Gerente

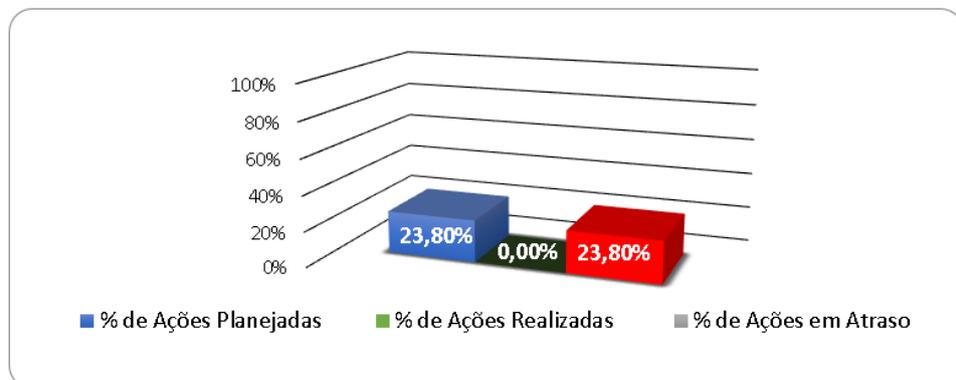
Renato Marçal de Souza

Macrodesafio

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Objetivo estratégico

Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas



Status do projeto: **EM ATRASO**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS

9.1 – Índice de Alcance das Metas Estratégicas



Análise geral:

Foram expurgados do resultado do “Índice de Alcance das Metas Estratégicas” os seguintes indicadores:

- Por não terem metas e resultados definidos:

Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (pendência de resposta do GABPRES/DECOE); Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais; Índice de Desempenho de Sustentabilidade (sem o resultado de 2023); Produtividade do magistrado na competência criminal; Pesquisa de Clima Organizacional (aguardando resposta da SGPEs); Índice de Execução do Orçamento de Custeio; Índice de Execução do Orçamento de Investimento; Percentual do Orçamento disponibilizado para Obras e Reformas aplicadas em unidades do 1º Grau, 2º Grau e unidades administrativas; Percentual do Orçamento disponibilizado para Obras e Serviços de Engenharia aplicado em ações de Sustentabilidade.

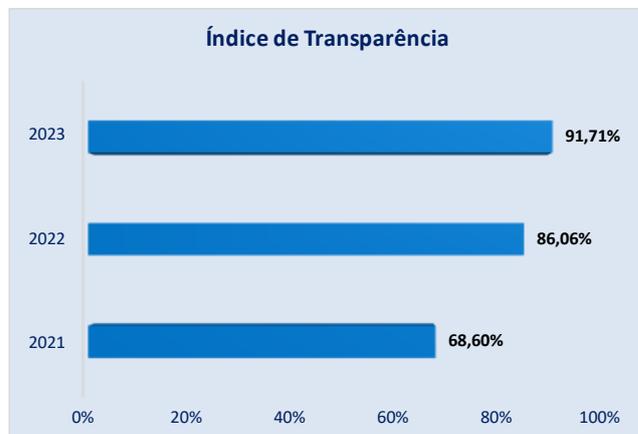
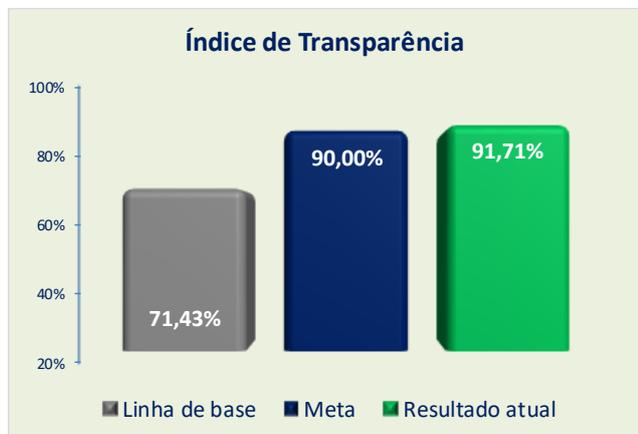
- Por não terem metas definidas, apesar de possuírem resultados:

Tempo médio de tramitação dos processos administrativos disciplinares; Índice de realização de audiências nos CEJUSCs.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.2 – Índice de Transparência



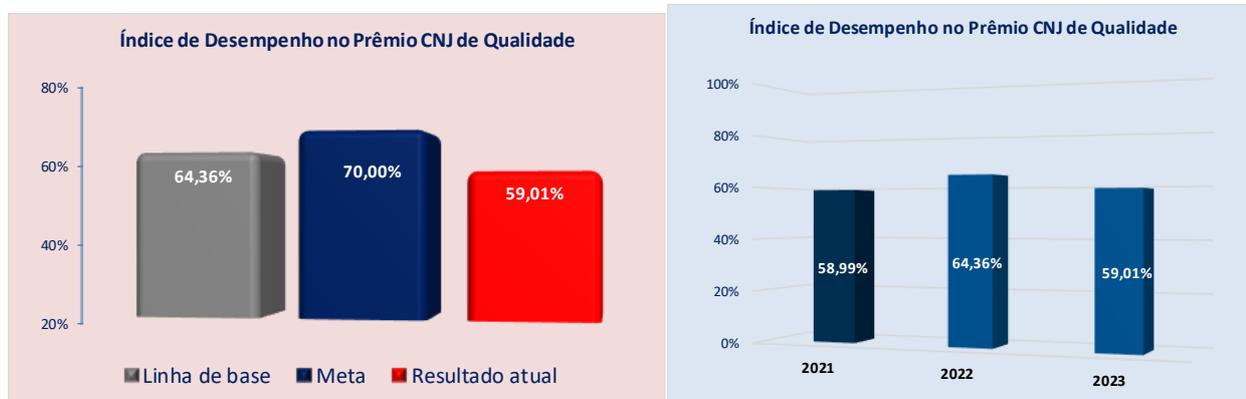
Análise geral:

Análise Geral: No ano de 2023, dos 84 itens constantes do ranking da transparência, foram enviados links para 83 (o melhor envio histórico de dados pelo TJRJ). Além disso, dos 83 itens enviados, houve negativa de apenas 7. No ano de 2021, foram 19 itens negativados e no ano de 2022, foram 12 itens negativados. Novamente, obteve-se o melhor resultado histórico do TJRJ, com alcance de 91,71% de cumprimento dos requisitos do ranking da transparência (em 2022, o resultado foi de 86,1% de cumprimento).



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.3 – Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade



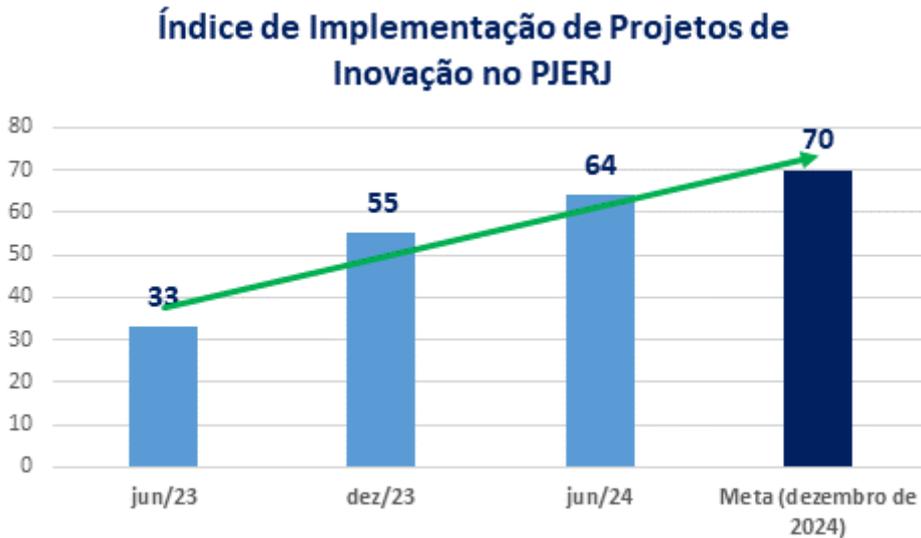
Análise geral:

Regulamentado pela Portaria CNJ nº 82/2023, cuja alteração ocorreu pela edição da Portaria CNJ nº 138/2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro obteve o percentual de 59,01% de atendimento aos requisitos estabelecidos, com destaque para os eixos governança e transparência. Sobre o Ranking da Transparência, dos 84 itens constantes do ranking, foram enviados links para 83 (o melhor envio histórico de dados pelo TJRJ). Além disso, dos 83 itens enviados, houve negativa de apenas 5. No ano de 2021, foram 19 itens negativados e no ano de 2022, foram 12 itens negativados. Novamente, obteve-se o melhor resultado histórico do TJRJ, com alcance de 91,71% de cumprimento dos requisitos do ranking da transparência (em 2022, o resultado foi de 86,1% de cumprimento).



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.4 – Índice de Implementação de Projetos de Inovação no PJERJ

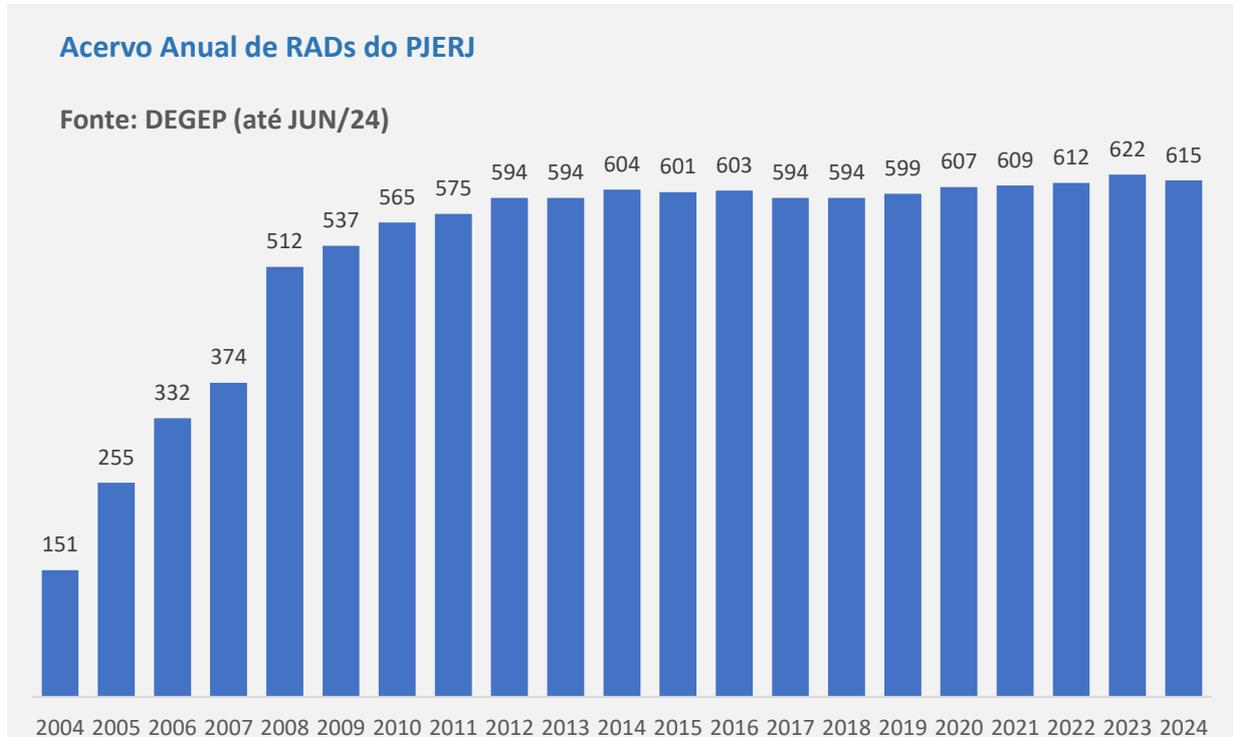


Análise geral: Até o final do primeiro semestre de 2024 foram concluídos 25 projetos, o que corresponde a 64% dos todos os projetos aprovados, até junho de 2024. A projeção para o indicador é que a meta seja alcançada com êxito ao final do ano de 2024, uma vez que os resultados encontram-se em constante ascensão. O DEIND (Departamento de Inovação e Desenvolvimento) deve, portanto, continuar monitorando o desenvolvimento dos projetos de inovação.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.5 – Acervo de Rotinas Administrativas (RAD) do PJERJ



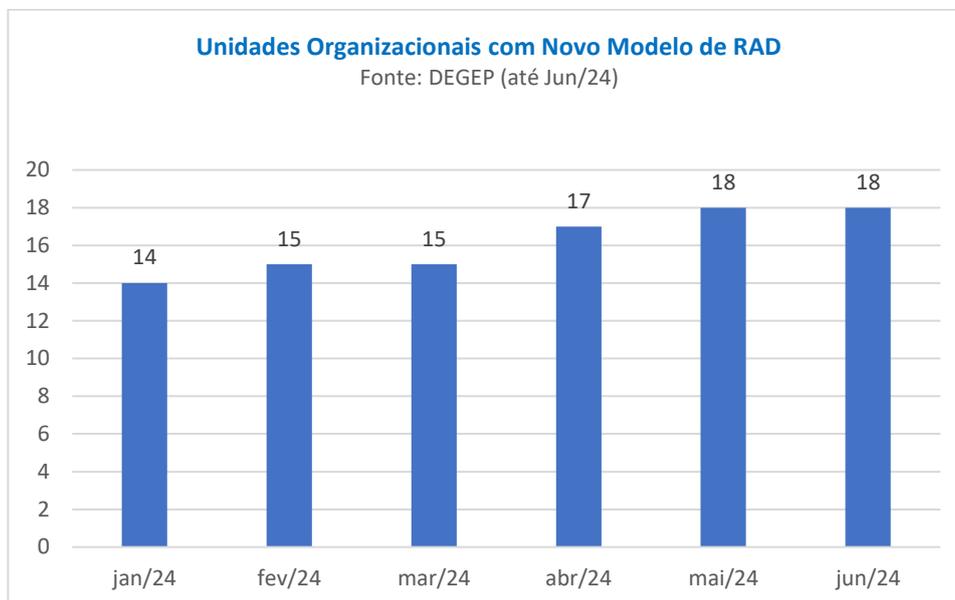
Análise geral:

Acervo de Rotinas Administrativas (RADs) do PJERJ em vigência varia de acordo com a criação de novas RADs e o cancelamento de RADs que descrevam processos de trabalhos que não são mais executados ou que passaram a integrar uma outra rotina administrativa. Atualmente, o PJERJ tem um acervo de 615 RADs. Nos 10 primeiros anos da criação das rotinas administrativas, o PJERJ obteve um crescimento de 293% no número de documentos. Com relação aos últimos 10 anos, o crescimento foi de 3%, demonstrando o amadurecimento da gestão de processo e pouca mudança de estrutura do PJERJ. Em 2023, foi iniciado um trabalho de modernização da gestão de processos com a elaboração de novo modelo de RAD. De janeiro a junho do ano corrente, foram criadas 14 novas RADs e preparadas 24 RADs no novo modelo. A redução do acervo em relação ao período anterior pode ser explicada pelo fato de que alguns processos de trabalho descritos em RADs distintas se tornaram objeto de uma única RAD, ensejando o cancelamento das demais.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.6 – Unidades Organizacionais com novo modelo de RAD



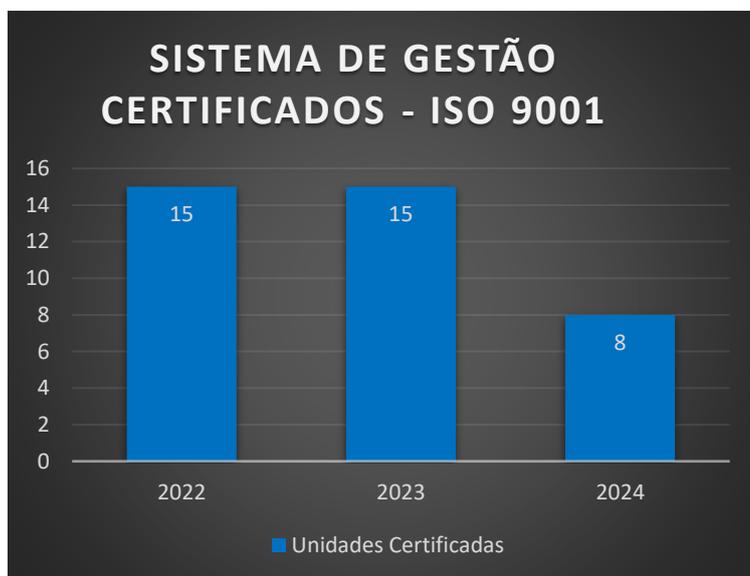
Análise geral:

No primeiro semestre de 2024, mais 5 unidades organizacionais do PJERJ atualizaram suas rotinas administrativas utilizando o modelo de RAD desenvolvido em 2023. Este indicador demonstra a adesão das unidades organizacionais do PJERJ ao novo modelo de Rotina Administrativa (RAD), que dá ênfase à representação gráfica dos processos de trabalho com o uso do software Bizagi, com fluxo baseado na modelagem BPMN. De janeiro a junho de 2024, a Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Judiciais (DGFEX), a Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD), a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), a Comissão Judiciária de Adoção Internacional e a Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES), revisaram RADs no novo modelo.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.7 – Quantidade de sistemas certificados (ISO) 9001

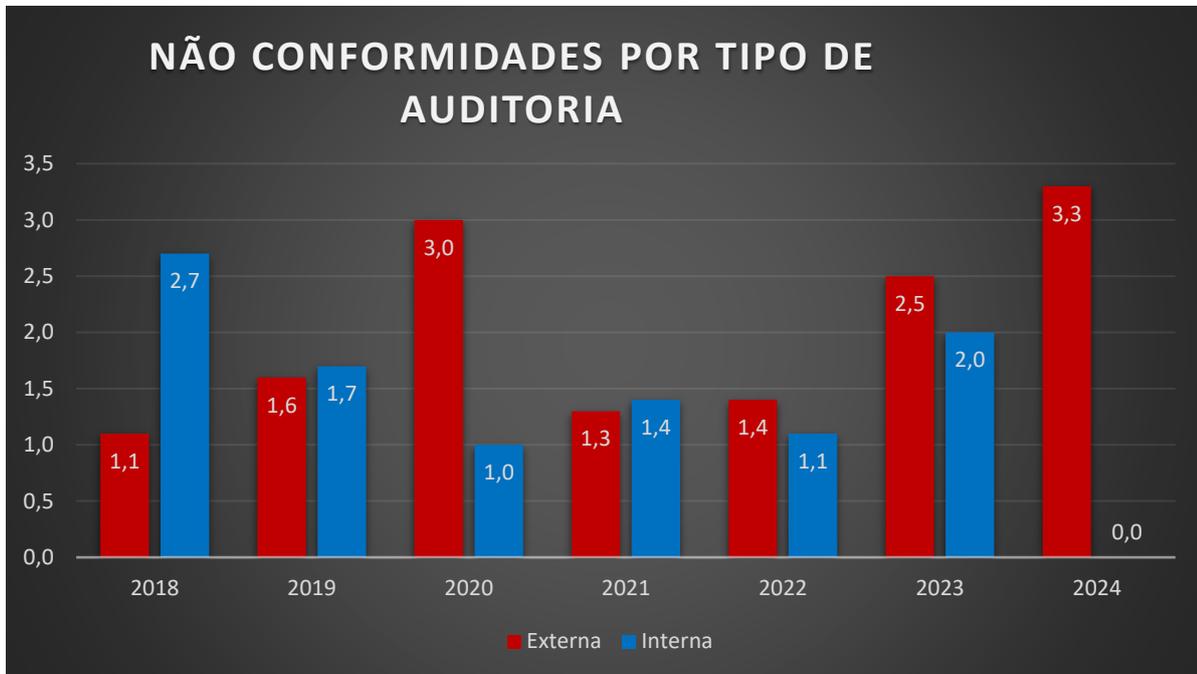


Análise geral:

O ano de 2023 contabilizou 15 unidades organizacionais com sistemas de gestão certificados conforme a Norma NBR ISO 9001. Em abril de 2024, houve a certificação do Museu da Justiça. Com a Resolução OE nº 17/2024, publicada em 10 de junho, estabelecendo os modelos de gestão que formam o sistema de governança do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 7 das unidades certificadas começaram o processo de migração da certificação ISO 9001 para o Modelo Basilar de Gestão (MBG). Assim, atualmente, há 8 unidades organizacionais com sistemas certificados conforme a Norma ISO 9001. São elas: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 1ª Vice-Presidência/Departamento de Autuação e Distribuição Cível, Departamento de Segurança Patrimonial (DESEP), Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA), 3ª Câmara de Direito Privado, 3ª Câmara de Direito Público, Gabinete do Desembargador Nagib e o Museu da Justiça.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.8 – Apontamentos em auditorias de gestão



Análise geral:

Observamos aumento no índice de apontamentos em auditorias externas em relação à última medição. Destaca-se que, no período analisado, houve duas auditorias internas e três externas. Das externas realizadas, duas ocorreram no Museu da Justiça, que alcançou a primeira certificação e passou pela pré-auditoria e auditoria de certificação (fases 1 e 2). Tal fato justifica o aumento no índice de apontamentos em auditorias externas. A pré-auditoria, em 23/2/2024, analisou criticamente a adequação do sistema de gestão da qualidade em relação à norma de referência, tendo a equipe auditora recomendado que, após o tratamento das não conformidades detectadas, a unidade seguisse para a auditoria de certificação, que ocorreu no dia 17/4/24 com a conquista da certificação. Além do Museu, o DEGEA também foi auditado pela FCAV e recebeu três não conformidades.

Para cada não conformidade identificada, foi enviado um RANAC para o organismo certificador. As ações previstas nos RANACs das duas unidades foram aprovadas pelo auditor líder e pela Comissão Técnica.

As seguintes unidades passaram por auditoria interna: GABDES/Nagib e 3ª Câmara de Direito Público, ambas sem apontamentos.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10. OUTRAS REALIZAÇÕES DA SGGIC

10.1 – Gabinete

Realizações 1.º semestre de 2024

A governança de pessoas (ATO NORMATIVO 14/2024) em complemento aos atos editados em 2023 (total de 09 atos normativos)

- Pesquisa de satisfação junto à equipe (monitoramento do ambiente de trabalho nos Departamentos);
- Reformulação do Portal da Governança;
- Portaria Interna de critérios para ocupação de cargos em Comissão e funções gratificadas;
- Portaria de Programa de Convivência e Solidariedade entre os integrantes da SGGIC;
- Integração das unidades da SGGIC, com modificação do layout da sala T-06 do Centro Administrativo;
- Acompanhamento, através de processo SEI, das soluções propostas pelas Comissões diretamente envolvidas no Prêmio CNJ de Qualidade, no quesito produtividade (COEM, COMAQ, GPJ, NUPEMEC, CEVIJ e COJES);
- Publicação da Cadeia de Valor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (em andamento);
- Curso de formação de laboratoristas através da oficina de “design thinking” (em andamento);
- PID: Formalização de convênios com os municípios de Areal e Comendador Levy Gasparian para instalação do Ponto de Inclusão Digital (PID) em suas cidades. Posteriormente, houve adesão de todos os Tribunais do Estado do Rio de Janeiro (TRF2, TRT1 e TRE). A OAB/RJ e a PGE também manifestaram interesse em aderir e o processo está em andamento no Setor de Convênios (DIACI/SGADM).



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10.2 – DEGEP

>> Novo Modelo Simplificado de RIGER:

O Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP) possui um objetivo da qualidade que visa aprimorar o modelo de Relatório de Informações Gerenciais (RIGER), cujo objetivo estratégico é a simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão.

Tal objetivo está vinculado ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão administrativa e da Governança Judiciária”, buscando a “Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ”.

Com o intuito de cumprir a meta estabelecida foram aprovados no 1º semestre de 2024 os modelos das seguintes unidades:

→ 1ª Vice-Presidência;

→ 2ª Vice-Presidência;

→ 3ª Vice-Presidência;

→ SGTEC;

→ SGLOG;

→ SGCOL;

→ SGPCF;

→ SGPES;

→ SGJUD;

→ SGADM;

→ SGSUS;

→ GABPRES;

→ Ouvidoria;



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

→ DGAPE;

→ DGAPO;

→ DGFAJ;

→ SGDAI;

→ EMEDI.

Este Departamento já elaborou e publicou 23 modelos de RIGER das 24 Unidades Executoras da Administração Superior. A única unidade que ainda não aprovou foi a DGFEX, conforme informações constantes no Processo SEI 2024-06056647.

Ressalte-se que o número de unidades foi atualizado para 24, tendo em vista a criação da EMEDI e da SGDAI, cujos modelos já se encontram publicados no Portal.

>> Ranking da Governança:

O Ranking da Governança foi desenvolvido com o objetivo estratégico de garantir o alinhamento estratégico das unidades do PJERJ e está vinculado ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão administrativa e da Governança Judiciária”, buscando criar e implementar Sistema de Governança no âmbito do Tribunal.

A finalidade do Ranking da Governança é avaliar a eficiência, a transparência e a responsabilidade dos governos. O intuito é categorizar as diferentes unidades com base em critérios como a qualidade das práticas implementadas e sua efetividade cotidiana. Essa avaliação visa ajudar a identificar os pontos fortes e fracos internos da instituição em relação à sua governança e oferece *insights* úteis para o planejamento das melhorias necessárias.

O DEGEP já criou o manual e um formulário eletrônico no *Forms* com os questionários necessários para avaliar as Secretarias Gerais, Diretorias Gerais e unidades assemelhadas.

A ideia é que as perguntas que compõem o questionário passem por atualizações anuais ou bienais, permitindo aferir a evolução da implementação da governança interna do TJERJ.

A implementação depende da publicação de ato oficial a ser autorizada pela Presidência.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

>> Boletim da Governança

O DEGEP desenvolveu a ferramenta Boletim da Governança, na qual visa dar publicidade a temas relacionados à governança.

O Boletim do mês de maio abordou o significado de governança, além da diferença entre governança e gestão.

10.3 – DEGER

- Assessoria sobre gestão de risco a diversas unidades, dando cumprimento ao cronograma de implementação estipulado no Aviso TJ nº72/2023, com análise dos riscos apontados pelas unidades e elaboração dos respectivos mapas de riscos;
- implementação da RAD-PJERJ-015 em 6 unidades certificadas: DIMEX (DEIOP/SGLOG), 3ª Câmara de Direito Público, DECIV, DESEP (SGSEI), Gabinete do Des. Nagib Slaibi Filho e 3ª Câmara de Direito Privado;
- apoio à SGCOL para realização do mapeamento de risco do macroprocesso de contratações, conforme RES 347 CNJ e elaboração de painel gerencial correspondente;
- início de estudos para criação do plano de gestão de risco das contratações, junto com a SGCOL;
- atualização do Portal da Transparência do TJRJ para atendimento dos requisitos do CNJ e ATRICON;
- tratativas com as unidades para ajustes das informações alvos de apontamentos no Ranking da Transparência CNJ 2023, inclusive com a confecção de painel Qlik sobre contratados;
- coordenação da participação do TJERJ no Ranking da Transparência CNJ 2024, obtendo o melhor índice do Tribunal até o momento (98,66% - resultado preliminar);
- apresentação de recurso ao resultado preliminar do Ranking da Transparência CNJ 2024 ainda pendente de julgamento;
- coordenação da participação do TJERJ no Ranking da Atricon 2024;
- publicação de edital para interessados integrarem Comissão Mista de Ética e formação da Comissão, com integrantes titulares e suplentes;
- capacitação para integrantes da Comissão Mista de Ética e servidores lotados no DEGER- INTRODUÇÃO A GESTÃO DE CONFLITOS, ministrado pela EMEDI
- apoio e coordenação das atividades da Comissão Mista de Ética e Boas Práticas, com 04 (quatro processos) em andamento;
- criação de artefatos de comunicação, com apoio do DECOI, para divulgação do Código de Ética via site e totem;



**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- criação de formulário eletrônico para recebimento de denúncias que se encontra nos últimos ajustes para disponibilização;
- criação de canal para dúvidas sobre conflito de interesses, conforme o Ato Normativo nº 27/2024, e de cartilha sobre o assunto.

10.4 – DEIND

- Publicação de Ato Normativo 12/2024, dispoendo sobre ações de capacitação desenvolvidas pelo Laboratório de Inovação - IdeaRio;
- Curso de Visual Law e Legal Design feito em parceria com o TRF1- Da oralidade aos Algoritmos e a Mudança da Linguagem: Aprendendo sobre Legal Design, Visual Law e Linguagem Simples;
- Participação do IdeaRio na organização do Festlabs 2024, evento organizado por todos os Tribunais do Rio de Janeiro, que reunirá laboratoristas de inovação dos Tribunais de todo o país;
- Capacitação com participação da equipe em cursos externos (alguns cursos: “Criatividade e Inovação Aplicada ao Serviço Público” (ENAP); “Design Sprint em Projetos de Transformação Digital” (ENAP; Pensamento adaptativo e Gestão de Mudanças (CEAJUD).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

11. PLANILHAS DE INDICADORES - ESTRATÉGICOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS

PLANILHA DE INDICADORES														
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEGEP/DIAGE	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	-	INDICADOR DE PROJETO	-	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	-					
TEMA	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ									
INDICADOR	Acervo de RAD			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Mapear e revisar processos de trabalho									
FINALIDADE	Acompanhar a evolução de rotinas administrativas vigentes.							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO						
PERIODICIDADE	MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO	-	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	-	INDICADOR DE EFETIVIDADE						
FÓRMULA	(ΣRAD em vigor no PJERJ) por unidade							SENTIDO DE MELHORIA	nM					
META	Não há					ORIGEM DOS DADOS	SIDOC			UNIDADE DE MEDIDA	RAD			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2004	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
		151	255	332	374	512	537	565	575	594	594	599	604	601
	2024	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Resultado no Per.
		594	594	599	607	609	613	622	615					-
RESULTADOS NO PERÍODO	<p style="color: blue; font-size: small;">Acervo Anual de RADs do PJERJ</p> <p style="font-size: x-small;">Fonte: DEGEP (até JUN/24)</p>													
LINHA DE BASE 2004	151													
RESULTADO ATUAL	615													
META	Não há													
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Acervo de Rotinas Administrativas (RADs) do PJERJ em vigência varia de acordo com a criação de novas RADs e o cancelamento de RADs que descrevam processos de trabalhos que não são mais executados ou que passaram a integrar uma outra rotina administrativa. Atualmente, o PJERJ tem um acervo de 615 RADs. Nos 10 primeiros anos da criação das rotinas administrativas, o PJERJ obteve um crescimento de 293% no número de documentos. Com relação aos últimos 10 anos, o crescimento foi de 3%, demonstrando o amadurecimento da gestão de processo e pouca mudança de estrutura do PJERJ. Em 2023, foi iniciado um trabalho de modernização da gestão de processos com a elaboração de novo modelo de RAD. De janeiro a junho do ano corrente, foram criadas 14 novas RADs e preparadas 24 RADs no novo modelo. A redução do acervo em relação ao período anterior pode ser explicada pelo fato de que alguns processos de trabalho descritos em RADs distintas se tornaram objeto de uma única RAD, ensejando o cancelamento das demais.</p>													
AÇÕES GERENCIAIS	Cumprir o planejamento elaborado para o crescimento de RAD no novo modelo, tanto com mapeamento de processos de trabalho como revisão de rotinas.													
Responsável pela emissão do relatório: DIAGE				Responsável (aprovação e divulgação): DEGEP						Data: 30/06/2024				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																				
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																				
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEGEP/DIAGE	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE												
TEMA	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança judiciária			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ															
INDICADOR	Índice de não conformidades (NC) por auditorias			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Promover auditorias de gestão															
FINALIDADE	Monitorar a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade.										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO			Acumulado						
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO	-	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	-	INDICADOR DE EFETIVIDADE			-									
FÓRMULA	Σ de não conformidades em auditorias realizadas no exercício/ Σ das auditorias realizadas no exercício)										SENTIDO DE MELHORIA			mM						
META	-										ORIGEM DOS DADOS			SEGER			UNIDADE DE MEDIDA			NC/auditoria
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Anos	2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		GERAL				
	Auditorias	AUD EXT	AUD INT	AUD EXT	AUD INT	AUD EXT	AUD INT	AUD EXT	AUD INT	AUD EXT	AUD INT	AUD EXT	AUD INT	AUD EXT	AUD INT	2023				
	Nº NC	68	118	51	62	32	1	38	35	28	20	5	10	10	0	478				
	nº AUD	30	36	27	35	11	1	28	24	21	18	2	5	3	2	243				
	ÍNDICE	2,3	3,3	1,9	1,8	2,9	1,0	1,4	1,5	1,3	1,1	2,5	2,0	3,3	0,0	2,0				
RESULTADOS NO PERÍODO	2,82		1,82		2,75		1,40		1,23		2,14		2,00							
LINHA DE BASE 2023	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:</p> </div> <div style="width: 65%;"> <p>NÃO CONFORMIDADES POR POR AUDITORIA POR ANO</p> </div> </div>																			
RESULTADO ATUAL	3,33																			
META	3,33																			
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Observamos aumento no índice de apontamentos em auditorias externas em relação à última medição. Destaca-se que, no período analisado, houve duas auditorias internas e três externas. Das externas realizadas, duas ocorreram no Museu da Justiça, que alcançou a primeira certificação e passou pela pré-auditoria e auditoria de certificação (fases 1 e 2). Tal fato justifica o aumento no índice de apontamentos em auditorias externas. A pré-auditoria, em 23/2/2024, analisou criticamente a adequação do sistema de gestão da qualidade em relação à norma de referência, tendo a equipe auditora recomendado que, após o tratamento das não conformidades detectadas, a unidade seguisse para a auditoria de certificação, que ocorreu no dia 17/4/24 com a conquista da certificação. Além do Museu, o DEGEA também foi auditado pela FCAV e recebeu três não conformidades. Para cada não conformidade identificada, foi enviado um RANAC para o organismo certificador. As ações previstas nos RANACs das duas unidades foram aprovadas pelo auditor líder e pela Comissão Técnica.</p> <p>As seguintes unidades passaram por auditoria interna: GABDES/Nagib e 3ª Câmara de Direito Público, ambas sem apontamentos.</p>																			
AÇÕES GERENCIAIS	Fazer levantamento e posterior análise das não conformidades identificadas nas auditorias para apoiar as consultorias a serem realizadas nas respectivas unidades organizacionais.																			
Responsável pela emissão do relatório: DIAGE				Responsável (aprovação e divulgação): DEGEP						Data: 30/06/2024										



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES											
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.											
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEGEP/DIAGE		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	-	INDICADOR DE PROJETO	-	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	-	
TEMA	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança judiciária				OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ					
INDICADOR	Quantidade de Sistemas Certificados				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Implementar e certificar Sistemas de Gestão de Unidades Organizacionais do PJERJ com base na Norma de Referência NBR ISO 9001					
FINALIDADE	Monitorar a participação da certificação ISO 9001 no PJERJ na área administrativa e na segunda instância								CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado	
PERIODICIDADE	Anual		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO	-	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	-	INDICADOR DE EFETIVIDADE	-	
FÓRMULA	(Σsistemas certificados)								SENTIDO DE MELHORIA	nM	
META	N/A						ORIGEM DOS DADOS	DIAGE		UNIDADE DE MEDIDA	UO
EVOLUÇÃO DO INDICADOR (Acumulado)	ANO/Semestre	2022	2023	jun/24							
	Qtde de Sistemas Certificados	15	15	8							
RESULTADO NO PERÍODO											
SISTEMAS DE GESTÃO CERTIFICADOS											
2022	15										
2023	15										
ANÁLISE CRÍTICA	O ano de 2023 contabilizou 15 unidades organizacionais com sistemas de gestão certificados conforme a Norma NBR ISO 9001. Em abril de 2024, houve a certificação do Museu da Justiça. Com a Resolução OE nº 17/2024, publicada em 10 de junho, estabelecendo os modelos de gestão que formam o sistema de governança do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 7 das unidades certificadas começaram o processo de migração da certificação ISO 9001 para o Modelo Basilar de Gestão (MBG). Assim, atualmente, há 8 unidades organizacionais com sistemas certificados conforme a Norma ISO 9001. São elas: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 1ª Vice-Presidência/Departamento de Autuação e Distribuição Cível, Departamento de Segurança Patrimonial (DESEP), Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA), 3ª Câmara de Direito Privado, 3ª Câmara de Direito Público, Gabinete do Desembargador Nagib e o Museu da Justiça.										
AÇÕES GERENCIAIS	Manter as ações regulares de consultorias às participantes do escopo de certificação em 2024.										
Responsável pela emissão do relatório: DEGEP/DIAGE				Responsável (aprovação e divulgação): DEGEP				Data: 30/06/2024			